

**Património industrial e turismo cultural: contributo para a criação
de um itinerário turístico no Centro Histórico de Lisboa**

Ana Margarida Vitorino Tendeiro Querido

**Trabalho de Projecto de Mestrado
em Práticas Culturais para os Municípios**

Outubro, 2013

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para os Municípios realizado sob a orientação científica do Professor Doutor António Camões Gouveia e da Doutora Esmeralda Pinto Correia

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor António Camões Gouveia e à Doutora Esmeralda Pinto Correia agradeço o apoio teórico e metodológico oferecido, assim como o interesse demonstrado e a confiança que depositaram, desde o início, no meu Trabalho de Projecto de Mestrado.

Às minhas amigas e colegas agradeço a contribuição que, de uma ou outra forma, deram a este trabalho.

À minha família, por tudo.

Património industrial e turismo cultural: contributo para a criação de um itinerário turístico no Centro Histórico de Lisboa

Ana Margarida Querido

RESUMO

Neste Trabalho de Projecto na área das “Práticas Culturais para os Municípios” apresentaremos uma reflexão sobre a criação de um itinerário cultural para o Centro Histórico da cidade de Lisboa. Esta experiência consistiu no estudo e na realização de um itinerário turístico-cultural que, por um lado, promovesse um conjunto diversificado de elementos patrimoniais, constituídos por pátios e vilas operárias, outrora testemunhos da actividade industrial na Graça, em Lisboa. E que, por outro lado, e de alguma forma, recuperasse esse património (industrial) para potenciais turistas e locais. Os primeiros porque cada vez mais estão preocupados em conhecer os modos de vida das populações locais, os segundos porque a revalorização do património industrial e o encanto que ele produz inserem-se numa tendência geral que consiste na necessidade sentida hoje pelas pessoas de recordar, próprio das sociedades que passam por crises económicas e de identidade.

No final do nosso Trabalho de Projecto apresentaremos uma série de conclusões que, quanto a nós, definem aquelas que poderão ser as potencialidades e as estratégias de intervenção a serem seguidas na área do turismo cultural, em torno do património industrial, na cidade de Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE: Património industrial; Turismo cultural; Itinerário cultural.

Industrial Heritage and Cultural Tourism: contribution for the creation of a tourist itinerary in the Historical Center of Lisbon

Ana Margarida Querido

ABSTRACT

In this Project on the “Cultural Practices for the Municipalities” we present a reflection on the creation of a cultural itinerary for the Historical Center of Lisbon. In one hand, this experience consists in the study and proposal of a touristic and cultural itinerary which promotes a set of testimonies of the industrial activity in Graça – Lisbon – particularly the workers houses (“pátios e vilas operárias”). On the other hand, we try to recover the knowledge of these sites, for potential tourist and locals. The tourists because they are more and more interested in knowing the way of life of a country, and the locals because they need to feel that their heritage is valued and appreciated, following the need to “remember” as they go through an economical and identity crises.

In the end of this work, we present a series of conclusions that we believe define the opportunities and strategies to be followed in the field of cultural tourism, regarding the industrial patrimony in the city of Lisbon.

KEYWORDS: Industrial heritage; Cultural tourism; Cultural itinerary.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – Património Industrial em Portugal	5
1.1 Da industrialização aos pátios e vilas operárias.....	5
1.1.1 Enquadramento histórico-social	5
1.1.2 Os pátios e as vilas operárias	9
1.2 Protecção e valorização do património industrial	16
 Capítulo 2 – O Planeamento Urbano da Cidade de Lisboa	 23
2.1 Do Plano Geral de Urbanização à criação do Gabinete dos Pátios e Vilas	23
2.2 Pátios e vilas operárias na perspectiva municipal	27
 Capítulo 3 – Turismo Cultural e Sustentabilidade: Novos Caminhos para o Património Industrial na Cidade	 31
 Capítulo 4 – Para a Criação de um Itinerário Turístico-Cultural na Graça	 38
4.1 Considerações gerais	38
4.2 Meios de divulgação	38
4.3 O Itinerário Turístico-Cultural na Graça	41
 Capítulo 5 – Considerações Finais	 51
 Referências Bibliográficas.....	 54
 Anexos.....	 59

LISTA DE ABREVIATURAS

AAIRL – Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa

APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CEE – Comunidade Económica Europeia

CENCAL - Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica

CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CNC – Centro Nacional de Cultura

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DRUVP – Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas

EDP – Energias de Portugal

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres

GEU – Gabinete de Estudos de Urbanização

GTH – Gabinete Técnico de Habitação

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRHU – Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana

PDM – Plano Director Municipal

PLH – Programa Local de Habitação

PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território

RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH - Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA - Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigos

RIHP – Rede Indústria, História e Património

SAAL – Serviço Ambulatório Local

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

UOP – Unidade de Planeamento e Gestão

UIT – Unidades de Intervenção Territorial

UE – União Europeia

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Projecto que aqui se apresenta pretende contribuir para a reflexão sobre a criação de itinerários culturais em torno do património industrial do Centro Histórico da cidade de Lisboa. Da nossa proposta farão parte pátios e vilas designadas de “operárias” que, representando um papel fundamental na história da cidade de Lisboa, poderão ajudar a definir uma época (final do século XIX, início do século XX), mas também a cultura e o modo de vida das populações locais.

Na verdade, o património cultural e a cultura estão a crescer em importância na oferta turística, e sendo esta uma tendência cada vez mais generalizada, a escolha deste tema pareceu-nos bastante actual. O aparecimento, um pouco por todo o lado, de itinerários culturais, está sobretudo ligado com a mudança em curso do gosto e da motivação dos turistas, que procuram cada vez mais e em maior número formas de turismo cultural.

A primeira pergunta que nos colocámos foi como definir um itinerário cultural. Uma resposta de partida pode ser a seguinte definição elaborada pelo Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS: *“um Itinerário Cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço dum objectivo concreto e determinado. O Itinerário Cultural deve também reunir as seguintes condições: a) ser o resultado e o reflexo de movimentos interactivos de pessoas e de trocas pluridimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das ideias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes; b) ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu património tangível como intangível; c) Ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência.”* (ICOMOS, 2008:3). Assim, de acordo com esta

definição, os elementos definidores dos Itinerários Culturais serão: o contexto; o conteúdo, o valor de conjunto partilhado; o carácter dinâmico e a envolvente¹.

Posto isto em consideração, importa ainda destacar que, em 2001, a aplicação da Lei de Bases do Património Cultural Português passa, finalmente, a abranger bens culturais de índole industrial. Contudo, este tipo de testemunhos do passado encontra-se ainda frequentemente negligenciado e em crescente estado de degradação. A sua localização em áreas pouco aliciantes para o investimento público ou privado e a falta do seu reconhecimento cultural leva a que muitos exemplares industriais, mais ou menos importantes, venham a ser destruídos, traduzindo-se na perda (muitas vezes, inconsciente) de um património único e insubstituível.

Neste sentido, e porque acreditamos que os testemunhos de índole industrial constituem uma fonte de conhecimento sobre a sociedade e a sua evolução, no presente Trabalho de Projecto propomos abordar **quais os objectivos que podem servir os itinerários culturais a criar para o Centro Histórico da cidade de Lisboa**. Partiremos do pressuposto de que os itinerários a criar não têm que ser pensados só para turistas, pelo contrário os locais podem e devem ter um papel importante. Isto é, podemos pensar na cidade de Lisboa como um conjunto de recursos turísticos socioculturais, que podem ser convertidos em produtos, imagens e experiências para o seu consumo. Neste processo são vários os agentes que poderão estar implicados na criação de um itinerário cultural: desde políticos, científicos, empresários, até mediadores culturais e sociedade civil.

Tomaremos como exemplo, **o Itinerário Cultural: Pátios e Vilas Operárias da Graça** (actualmente território integrante da freguesia de São Vicente). Nos seus traços gerais, as principais fases para a criação deste itinerário foram as seguintes:

¹ **Contexto:** Os Itinerários Culturais inscrevem-se num contexto natural e/ou cultural, no qual incidem, contribuindo para a sua caracterização e enriquecimento com novas dimensões, no quadro de um processo interactivo. **Conteúdo:** Devem apoiar-se necessariamente sobre os elementos patrimoniais tangíveis que constituem os testemunhos e a confirmação física da sua existência. Os elementos intangíveis dão ao conjunto dos elementos concretos, um sentido e uma significação. **Valor de conjunto partilhado:** O conceito de Itinerário Cultural refere-se a um conjunto de valor superior à soma dos elementos que o constituem e que lhe dão sentido. **Carácter dinâmico:** Para além de se afirmar através de um traçado histórico de carácter físico e de elementos patrimoniais, os Itinerários Culturais implicam um factor de dinamismo que age como um fio conductor através do qual agiram as influências culturais recíprocas. **Meio:** O Itinerário Cultural está estreitamente ligado ao seu meio, do qual faz parte integrante. (ICOMOS, 2008:4)

Na primeira fase, procedemos ao **estudo do contexto sociocultural** no qual se insere o itinerário, de modo a conhecermos quer a população local, quer os recursos patrimoniais a integrar no itinerário como pontos de referência e que, na nossa opinião, ajudam a melhor compreender a história da localidade.

Na segunda fase, considerámos importante olhar para a publicação das “Estatísticas do Turismo” relativas ao ano de 2012 publicada pelo INE, e para o Plano Estratégico do Turismo de Portugal, que revelam os principais dados relativos à actividade turística nas suas diversas vertentes.

Numa terceira fase foi essencial definir um itinerário de acordo com o conjunto de pátios e vilas operárias que ali se localizam, com grande valor, não só a nível patrimonial, mas principalmente a nível da memória colectiva. Esta tarefa foi uma tarefa relativamente fácil de concluir, visto que muitos dos testemunhos de índole industrial na Graça encontram-se já inventariados pela Câmara Municipal de Lisboa [Pátios e Vilas com interesse a preservar e reabilitar – CML/CMRU/DRUPV’S (1992)]. Aqui, o que pretendemos comunicar foi uma imagem o menos estereotipada possível e que transmitisse à população local o orgulho pelo seu património industrial, e que ao mesmo tempo fosse útil para desenvolver práticas viáveis de turismo sustentável. Considerámos então que a revalorização do significado do passado que este edificado contém e o que ele representa para a história da Graça e para a história da cidade de Lisboa, bem como para a memória individual de cada habitante que ali viveu ou vive, deveria obrigatoriamente ser tido em conta na altura da construção de um itinerário.

Na quarta fase reflectimos sobre quais os meios mais adequados através dos quais se poderia divulgar o itinerário cultural.

Este Trabalho assenta, assim, em **três conceitos base: património industrial, turismo cultural e itinerário ou rota cultural**. Para tanto, procurou-se, por intermédio de pesquisa bibliográfica, realizar uma revisão de literatura a respeito dos conceitos acima referidos, os quais balizarão o tema proposto. Ao longo deste trabalho, e tendo em conta que os valores e a história dos vestígios industriais se encontram actualmente em risco no nosso país, tentamos responder à seguinte questão: **Qual a importância e a utilidade de um itinerário cultural relativo aos pátios e vilas operárias localizadas no Centro Histórico da cidade de Lisboa?** A esta questão inicial,

acrescentaremos uma outra: **Como fazer para a concertação de políticas que valorizem as rotas culturais como veículos de promoção da cidade de Lisboa enquanto destino turístico de excelência?**

A estrutura do presente Trabalho de Projecto pretende reflectir as várias etapas que se consideram necessárias para responder às questões acima enunciadas. Assim, no **Capítulo 1** trataremos sobretudo das questões relacionadas com o património industrial e, em particular, do enquadramento geral e antecedentes que levaram ao aparecimento dos pátios e vilas que constituíram a solução para o alojamento operário no período de arranque da industrialização em Lisboa, no final do século XIX.

No **Capítulo 2** abordaremos a evolução do planeamento urbano de Lisboa, passando em revista o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (1948); a criação do Gabinete de Estudos de Urbanização (1959), o Plano Geral de Urbanização de Lisboa (Plano de Meyer-Heine, 1967), o Plano Estratégico de Lisboa (1992), o Plano Director Municipal (1994), a Visão Estratégica – Lisboa 2012, a Carta Estratégica 2010-2024. Destacaremos, evidentemente, a criação do Gabinete dos Pátios e Vilas de Lisboa.

No **Capítulo 3** analisaremos o turismo cultural, enfatizando as principais características deste segmento e o perfil do público consumidor, a partir das mudanças que caracterizam as sociedades contemporâneas. Discutiremos, assim, a relação entre turismo e cultura. Abordaremos, também, a sustentabilidade enquanto premissa necessária para o desenvolvimento equilibrado da actividade turística, concernente aos anseios e expectativas da comunidade local.

No **Capítulo 4** avançaremos com a proposta de um itinerário cultural. E terminaremos este Trabalho de Projecto lançando um repto a todos aqueles que de alguma forma estão ligados ao património industrial no Centro Histórico da cidade de Lisboa.

CAPÍTULO 1

PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EM PORTUGAL

A revolução industrial foi um fenómeno que ditou a era moderna e, nesse sentido, o património industrial pode ajudar a compreender o nosso passado e presente, representando um incentivo na preservação da nossa história e uma preocupação com o futuro. Por património industrial entendemos todos os “vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico”².

1.1. Da industrialização aos pátios e vilas operárias

1.1.1. Enquadramento histórico-social

A Revolução Industrial é um fenómeno que se relaciona com o crescimento da população, com a aplicação da ciência à indústria e com o uso de capitais mais intensamente e de uma forma mais extensa. T. S. Ashton, na obra intitulada “A Revolução Industrial”, de 1971, considera que este fenómeno deve ser estudado como um movimento e não dentro de um determinado período de tempo. Ainda assim, o ano de 1760 é um período de destaque no que respeita o início deste processo, mais especificamente em Inglaterra. Também em países como os EUA e Alemanha ou no Canadá e Rússia, ainda que em anos posteriores, as suas características e consequências são essencialmente as mesmas³.

Este fenómeno é de grande relevância para a história da humanidade mas por vezes pouco valorizado, em parte por ser um fenómeno recente, mas também por se relacionar com o mundo do trabalho, com as máquinas e o quotidiano. No entanto, o nosso dia-a-dia é ainda hoje profundamente marcado pela industrialização, seja a nível social (demografia, transportes e comunicações, alojamento e alimentação) ou paisagístico, como sublinha Mendes (2006:1, citando Elianor Collin e James Symonds,):

² TICCIH, 2003:3.

³ Sendo este um processo intensamente complexo, é necessário um estudo detalhado para a compreensão deste fenómeno, para o qual autores como W. W. Rostow, John U. Nef e Jean-Pierre Rioux vieram contribuir de forma determinante. No panorama português destacam-se nomes como Armando Castro (por exemplo em “A revolução industrial em Portugal no século XIX”, 1971, 2ª edição), Adérito Sedas Nunes e Teresa Rodrigues.

“Tem sido estimado que uns 70% da nossa paisagem construída data do período da Revolução Industrial.”

Enquanto até ao século XVII a produção se baseia no artesão e na sua oficina, em meados do século XVII a produção artesanal é substituída pela manufactura. Dá-se então a evolução no processo de produção, fazendo com que o número de trabalhadores aumente e a produção seja feita em etapas, aumentando-se assim a especialização e construindo-se os alicerces para a produção em série. Esta evolução começa por afectar o território das cidades, dando-se início a uma nova imagem do espaço com a criação dos edifícios para as oficinas manufactureiras. Silva (2009:9), citando Brana (1965), refere este momento histórico como o embrião do urbanismo industrial. As necessidades que entretanto surgem com a introdução da máquina a vapor e a consequente especialização (determinada pela carência das produções) vão dar origem ao aparecimento do espaço da fábrica. Neste sentido “o conceito de espaço industrial só está devidamente assegurado quando está patente um processo de autonomização e sistematização dos seus dois elementos principais: a actividade produtora e o espaço físico onde esta se realiza” (Silva 2009:9).

Embora seja um fenómeno complexo e difícil de definir em etapas, existem alguns momentos de destaque como por exemplo o aproveitamento da energia a vapor e o aperfeiçoamento da máquina a vapor, que permitiram que a indústria invadisse as cidades e subúrbios, abrindo o caminho para a indústria extractiva, para o desenvolvimento do têxtil, para a mecanização dos transportes e para a produção em série (no final do século XVIII)⁴. A invenção da electricidade e do motor de combustão interna, a exploração do petróleo, o desenvolvimento da indústria química, os avanços nas telecomunicações e informatização, assim como os progressos na aviação, são outros elementos de grande importância para este processo. No entanto, e segundo Mendes (2006:3)⁵, não se pode falar em Revolução Industrial generalizada, sendo que este conceito se adequa a realidades muito específicas com destaque para a intensidade, rapidez e modelo adoptado, e ainda para o período em que tal ocorreu.

⁴ Mendes, 2006:2.

⁵ Citando E. Conlin e J. Symonds, Mendes (2006:4) refere que o processo de industrialização é “Um sistema de produção que envolve especialistas a tempo inteiro, trabalhando em fábricas que visam obter o máximo rendimento para os seus proprietários, que não produzem directamente.”

Por exemplo, em Portugal devemos falar em industrialização ao invés de uma Revolução Industrial e segundo Reis (1987:208), em comparação com outras economias, pode considerar-se que a industrialização em Portugal encontrava-se subdesenvolvida e era menos importante relativamente ao sector agrícola. O autor aponta alguns factores externos para esta situação, como sejam: a perda das colónias, as invasões napoleónicas, as guerras civis e a concorrência estrangeira. A nível interno, diz-nos que Portugal tinha um pequeno mercado baseado numa “economia agrária atrasada”, “burguesia débil”, “escassez de capital” e “deficiência do ensino ao nível elementar e técnico” (1987:208).

À semelhança de outras economias periféricas da Europa, em Portugal observou-se um desenvolvimento industrial tardio, durante o séc. XIX (1820-1821) - se considerarmos os anos de introdução da máquina a vapor no país - e início do séc. XX, baseado em parte na utilização do vapor, mas na verdade devido à energia hidráulica. Com isto, assistiu-se à proliferação das unidades fabris e da produção mecanizada e consequentemente a uma maior abundância de produtos e a melhoria generalizada das condições de vida (alimentação, vestuário e habitação, aparecimento de electrodomésticos, desenvolvimento das comunicações e transportes e da ciência e tecnologia, bem como da arte e cultura)⁶. Ao mesmo tempo assistiu-se ao aumento da poluição e degradação das paisagens, à exploração excessiva dos recursos naturais e à degradação das condições de trabalho dos operários.

Os inquéritos industriais são por vezes contraditórios e por isso dão-nos apenas uma ideia do panorama Português que, contudo, ajuda a perceber, por exemplo, a situação da cidade de Lisboa. Segundo o Inquérito Industrial de 1852 (entre 1835 e 1852) haveria cerca de 50 unidades industriais na cidade de Lisboa: “Entre as principais actividades encontrávamos as da estampania e tinturaria de algodão, as oficinas metalúrgicas, as empresas de tecelagem e apenas duas alimentares, em contraste com o resto do país, onde esta indústria alimentar dominava.” (Ramos, 2010:15). Ainda no séc. XIX surgiram centros industriais em várias zonas do país como é o caso da Covilhã, Tomar, Guimarães e Torres Novas. Na indústria portuguesa destaca-se a indústria têxtil, alimentar, e as indústrias ligadas à pesca e ao mar (Ramos, 2010:14).

⁶ Mendes, 2006:4.

Com as mudanças tecnológicas que decorriam na altura, as consequências da industrialização foram não só económicas, mas também sociais. A sociedade é marcada por uma visão capitalista da economia e a cidade ganha uma nova paisagem “dominada pela fábrica e pelos bairros operários, caracterizando o aspecto fabril dos centros urbanos” (Ramos, 2010:6). Em Portugal, a industrialização de certas áreas foi, sem dúvida, determinante para a evolução das suas populações e das suas paisagens e veio intensificar as migrações campo-cidade. Acresce que, a mecanização da produção permitiu, entre outras coisas, que a indústria fosse integrada nas políticas de desenvolvimento económico do nosso país, o que se reflectiu na criação de infra-estruturas de apoio às fábricas de produção, em particular, na construção de pátios e vilas operárias. Surge uma nova relação entre os trabalhadores e o patrão, bem como uma nova divisão do trabalho, sendo que o trabalhador passa a operar uma máquina e se especializa numa única função. Ao mesmo tempo que a indústria evolui, o território transforma-se e o tecido urbano expande-se. A indústria é inserida na vida da cidade com a construção cada vez mais frequente dos edifícios de apoio e habitação da população operária. Contudo como escreveu Ramos (2010:25): “A proliferação das zonas industriais e dos bairros operários, geralmente constituídos por alojamentos de paupérrima qualidade, (...), eram construídos para albergar as populações de operários que afluíam às cidades à procura de trabalho, implantados em espaços saturados e em condições desumanas, vão constituir páginas muito negativas na história social e política dos séculos XVIII, XIX e parte do XX.”.

Com a modernização da produção, começa a observar-se o abandono de determinados edifícios industriais, como refere Mendes (2012:2). Diversos foram os autores que passaram a estudar o que persistia do chamado património industrial, chamando a atenção para os valores a ele associados e para o seu potencial, inclusive em termos de reutilização para novas funções. Após a II Guerra Mundial instalou-se uma nova dinâmica e muitos edifícios industriais foram demolidos. Foi por esta ocasião que muitos estudiosos começaram a virar a sua atenção para os testemunhos da actividade industrial, tendo início um movimento de preservação e iniciando-se a chamada Arqueologia industrial⁷.

⁷ Francisco de Sousa Viterbo é o pai da expressão arqueologia industrial, que propõe em 1896. Porém, foi só com a II Guerra Mundial que se lançaram as bases para a prática da arqueologia industrial, constituindo-se associações com o objectivo de defender esse património. Em Portugal surge em 1985 (por acção do autor a que nos referimos) como disciplina na Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra. Mendes (2006:8).

De uma forma simples, a arqueologia industrial é o “estudo das transformações técnicas e dos materiais [e equipamentos] relativos à industrialização”⁸. Assim, o património industrial vai integrar “tanto os testemunhos materiais como imateriais das actividades técnicas e industriais com maior incidência para o período da industrialização ligado ao desenvolvimento da economia capitalista: fábricas, lojas, armazéns, habitações, escolas, creches ou cinemas, máquinas, sistemas de energia, etc., e o próprio urbanismo, para além das novas formas de vida ou das relações de trabalho produzidas pelo desenvolvimento da indústria.”⁹

1.1.2. Os pátios e as vilas operárias

Embora não haja registo histórico do aparecimento dos primeiros pátios em Lisboa, julga-se que este tipo de habitação possa ter origem na civilização árabe. Assim, e porque esta é uma sociedade de fortes laços comunitários, os pátios não só permitiam a convivência entre vizinhos, mas também permitiam ler e ensinar o Corão num ambiente familiar. No século XII, durante a conquista de Lisboa, os pátios existentes foram transformados em quintas e pequenas hortas. Lisboa tornou-se numa cidade que crescia sem planificação para além das muralhas, dispersando-se pelos vales entre o Castelo e Alfama - situação que durou durante toda a Idade Média¹⁰ e se prolongou até ao terramoto de 1755¹¹. Dois anos mais tarde, em 1757 e durante o reinado de D. José I, é pensado o primeiro bairro de apoio à indústria em Lisboa, associado à Real Fábrica das Sedas: o Bairro das Águas Livres, da autoria do Arquitecto Carlos Mardel. A partir de então, e sob o governo do Marquês de Pombal, foram sendo construídos os primeiros alojamentos para operários em Portugal (Ramos 2010:45, citando Azevedo).

⁸ Mendes, 1990:115, citando Xavier Barral.

⁹ IHRU/IGESPAR, 2010:55.

¹⁰ Razão pela qual o pátio medieval é um sucedâneo do pátio árabe, com os mesmos traços físico-urbanísticos e os mesmos propósitos sócio-comunitários, sendo as quintas e hortas transformadas novamente em pátios.

¹¹ Consultado em <http://www.e-cultura.pt/Itinerarios.aspx?ID=22> a 28 de Maio de 2013.

Mais tarde, no século XIX, em consequência da vaga de migração rural provocada pelo desenvolvimento industrial fomentado pelo Fontismo¹², a necessidade de habitação faz com que surjam de novo os pátios, fruto da improvisação muitas vezes feita em antigos conventos ou palácios. “A instalação de fábricas arrasta consigo a necessidade de instalar quem, de todas as partes do país, nelas vem trabalhar. Os operários são, regra geral, gente carenciada de meios de subsistência, que vão procurar alojamento nas zonas mais antigas da cidade e perto do local de trabalho. Se, nos bairros próximos, a habitação não existe, irão criá-la eles próprios.”¹³ Deste modo surge o pátio, como um espaço murado, envolvido por casas de habitação onde se agrupam famílias de baixos rendimentos. “Têm origem diversa os pátios. Ou são logradouros de prédios ou de palácios abandonados ou em ruínas, ou até por vezes cercas de conventos desactivados. [...] É uma habitação não planeada que vai surgindo à medida das necessidades [...]”¹⁴. Assim, e segundo Tomás (2007:2), “o Pátio tal como é entendido no final do século XIX, consiste na apropriação espontânea de estruturas pré-existentes, formando um conjunto heterogéneo de escala e conformação diversas.”

O Inquérito Industrial de 1881 e o *Inquérito dos Pátios de Lisboa* trazem ao de cima os problemas de higiene e salubridade que existem nestas habitações, e mais tarde, o Regulamento Geral de Salubridade das Edificações Urbanas vai regulamentar as condições higiénicas a adoptar nas construções dos prédios, sendo aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903. Também o Plano Geral de Melhoramentos de 1904 tenta melhorar esta situação, concebendo uma nova expansão da cidade para norte¹⁵. Em 1905, existiam 233 pátios em Lisboa, num total de 2.278 habitações, habitadas por 10.487 pessoas.

¹² Período entre 1868 e 1889 marcado pelo fomento de obras públicas e pelo esforço de modernizar as infra-estruturas do país.

¹³ Vieira, 1997:117.

¹⁴ Vieira, 1997:117.

¹⁵ Tomás, 2007:3.

Especificamente em Lisboa, as companhias urbanizadoras foram construindo novos bairros (por exemplo a Estefânia e Campo de Ourique) que no entanto não solucionavam o problema das famílias desfavorecidas, já que estas não tinham capacidade económica para os habitar. No fim do séc. XIX a exigência de um papel mais activo por parte do Estado (que, diga-se, não se verificou) levou a que iniciativas privadas, das empresas ou dos “construtores-promotores”, fossem construindo os pátios, instalações a custos mais baixos, e posteriormente as vilas (ou bairros)¹⁶.

As vilas caracterizam-se então pela construção de edifícios ou conjuntos com finalidade expressa de habitar as famílias operárias¹⁷. O primeiro edifício com as características de vila surge em 1873 próximo da fábrica têxtil Lisbonense (entre as ruas de Sto. António e S. Joaquim – Estrela/Prazeres). Assim, as linhas históricas que levaram à construção das vilas operárias contam, entre outras, como (Pereira, 1994:510): o surto industrial provocado pelo Fontismo; o crescente afluxo das populações aos centros industriais do Porto, Lisboa, Covilhã e Setúbal; o agravamento das condições habitacionais e de higiene das classes operárias e propagação da tuberculose; e, por fim, a tomada de consciência da situação precária dos trabalhadores, por parte de figuras como Ricardo Jorge, Augusto Fuschini, Oliveira Simões, Augusto Montenegro, Fialho de Almeida, Guilherme de Santa-Rita e José Maria Melo de Matos.

Uma das características inerentes aos pátios e vilas operárias é o seu cunho marginal, visto as construções serem muitas vezes feitas escondidas das restantes estruturas da cidade, sendo por isso muitas vezes singulares e até mesmo peculiares. Muitos dos casos de estudo de pátios e vilas operárias revelam uma “metamorfose”

¹⁶ Por ordem cronológica, o aparecimento das vilas dá-se de forma constante a partir da última metade do séc. XIX. Em 1873 a Companhia Lisbonense de Fiação e Tecidos constrói um pequeno número de habitações próximo da fábrica da Companhia, em Alcântara; em 1885 a Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões ergue a Quinta do Carimba (na Rua da Fábrica da Pólvora em Alcântara) e em 1887 a Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas ergue a Vila Flamiano, no recinto da Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas (Fábrica da Samaritana). No que diz respeito às Cooperativas, destacam-se a Cooperativa Popular de Construção Predial (1893), a Cooperativa e Instrução (1898), a Ocidental 1ª de Janeiro (1901), enquanto no quadro associativista a companhia Comercial Construtora, criada em 1890, irá levar a cabo a construção do Bairro Operário dos Barbadinhos (1892) (Tomás, 2007:4).

¹⁷ As casas bifamiliares, de famílias de fracos rendimentos, serão uma das modalidades de vilas operária no fim do séc. XIX, e que chegaram até ao Estado Novo com os “bairros económicos” (Exemplo: Alto da Serafina).

entre o campo e a cidade. Muitos dos operários são antigos camponeses que se mudaram para a cidade procurando uma nova vida. Há por isso, em muitos desses espaços, um cunho de ruralidade¹⁸. A característica dominante é o aproveitamento máximo da área disponível. O espaço central funciona como um corredor ou como um pátio, que prolonga a casa e torna possível uma vivência comunitária. As escadas e galerias exteriores são, por sua vez, a maneira de reduzir os espaços não rentáveis¹⁹.

Segundo Pereira (1994), podemos identificar várias tipologias de habitação operária²⁰, em que a sua localização está intimamente ligada com a existência de zonas industriais: “acompanha a via pública, forma pátio, construída atrás de edifício (s) existente (s); forma rua, de escala urbana, bairro operário e económico.” O acesso à Vila, no caso de se situar no interior do quarteirão, pode ser feito “à ilharga do prédio através de um corredor lateral a descoberto, situação que conduz geralmente a esquemas de ocupação assimétrica ou obriga a fazer cotovelos para contornar o prédio; a eixo do lote, também através de corredor a céu aberto, que é prolongado em linha recta através do pátio; através de passagem aberta por vezes em arco, sob o próprio prédio, aproveitando toda a extensão da frente para a construção.”²¹

Mais tarde irão surgir as vilas directamente ligadas à produção, construídas pelas empresas para alojar os seus trabalhadores, e posteriormente a habitação integrada no próprio edifício das instalações fabris: “São particularmente numerosos os exemplos em que num mesmo lote de terreno se constroem duas tipologias distintas, sugerindo uma hierarquia social traduzida ao nível do próprio lote. Assim, confrontando-se com a via pública surge um prédio corrente para a burguesia, residência frequente do proprietário.” (Tomás, 2007:7)

O modelo de habitação usado é condicionado pelas características sociais e económicas que lhe estão associadas (a rapidez da construção, o valor monetário baixo, a área em que é construída) remetendo para uma estética rural: “As vilas operárias constituem uma forma de alojamento especializado que expressa com

¹⁸ Como refere Salgueiro (1998:40): “A cidade opõe-se ao mundo rural com o qual estabelece, no entanto, profundas relações [...]”.

¹⁹ A correnteza é comum desde tempos remotos, estendendo-se às primeiras realizações dos bairros económicos do Estado Novo (um dos testemunhos mais antigos é a vila do Infante, em Sagres).

²⁰ Ver Anexo I – Tipologias dos pátios e vilas segundo Nuno Teotónio Pereira.

²¹ Tomás, 2007:7.

clareza uma situação de classe dentro da cidade” (Pereira, 1994:516). Ainda segundo Pereira (1994), as características estéticas típicas de uma vila operária contam com a preocupação com a simetria; vãos construídos com materiais baratos (tijolo por exemplo); letreiros cuidados com o nome da vila (a indicação do nome serve para identificar a vila, mas também para permitir ao construtor imprimir o seu nome no edifício); coberturas ornamentadas; e galerias exteriores construídas em estruturas de ferro que substituem escadas interiores.

Muitas destas características, como a organização, proporção e simplicidade, podem considerar-se tradicionais da arquitectura portuguesa. A maior parte das construções datam do fim do século XIX até meados do séc. XX (mais precisamente 1930, ano em que é construída a última vila operária).

Por fim, com o desenvolvimento do movimento operário, começou a observar-se a organização do proletariado industrial de modo a verem os seus problemas resolvidos: é aqui que começa a surgir o associativismo e o cooperativismo no nosso país²² e com a 1ª República o Estado lançou a construção de bairros sociais, introduzindo uma nova tipologia de edifícios no tecido citadino (os bairros sociais da Ajuda e do Arco do Cego, por exemplo, que acabam por ser concluídos apenas no contexto das Casas Económicas criado pelo Estado Novo). Contudo, estas casas não foram atribuídas às famílias operárias pois “o «dar direito de cidade» ao proletariado falhou nessa iniciativa, como noutras subsequentes” (Pereira, 1994:523). No seguimento da intervenção do Estado, juntamente com Câmaras Municipais, corpos administrativos e organismos corporativos, surgem a Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas, o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) e, mais tarde, o Fundo de Fomento da Habitação e o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)²³.

Ainda assim, no início do século XX, os habitantes recorrem cada vez mais aos bairros de lata. Nos anos 50 surgem os chamados bairros clandestinos, à margem das

²² Exemplo disso é a construção do bairro operário de Barbadinhos pela Companhia Comercial Construtora em 1890.

²³ O SAAL surge com a Revolução de 1974 e toma medidas relativas à produção de alojamentos para as classes menos favorecidas. Exemplo disso é o apoio à auto-construção e a manutenção nos espaços residenciais habituais.

regras camarárias onde curiosamente, e nas palavras de Pereira (1994), reproduzem-se algumas tipologias de construção características das vilas operárias. A concepção original de habitação operária foi seguida em todo o país e muitos são os exemplos existentes, apesar de a sua designação começar mais tarde a ser rejeitada e em 1930 ter mesmo sido proibida através de um regulamento camarário de Lisboa, devido à disposição dos edifícios, erigidos em espaços à margem do arruamento, o que constituía uma forma de marginalização. Em alguns casos esta proibição levou à destruição de placas de identificação de algumas “Vilas”, substituídas por números (Ramos, 2010:45).

A verdade é que embora a implementação de indústrias, no fim do século XIX, se tenha centrado sobretudo ao longo do rio, pelas zonas do Beato, Xabregas e Alcântara, subiu também até à Graça e Penha de França, podendo assim afirmar-se que os pátios e as vilas de habitação operária proliferaram por toda a cidade de Lisboa até 1930. A cidade de Lisboa apresenta pois um território vasto e repleto de exemplares interessantes para o estudo dos pátios e vilas. Assim sendo, foi necessário restringir este estudo a um determinado espaço geográfico, optando-se pela Freguesia da Graça²⁴, Lisboa, e pelos exemplares de património arquitectónico com interesse a preservar que aí se apresentam²⁵.

Dominada por uma imagem de bairro popular, a Graça²⁶, como um dos bairros históricos mais antigos da cidade de Lisboa que é, torna-se cada vez mais um centro de cultura, apresentando um património variado e antigo. Construído sem plano urbanístico, e com uma malha urbana muito variada, este bairro destaca-se pela sua

²⁴ Ver Anexo II.

²⁵ Vila Sousa, Pátio do Barbosa, Bairro Estrela d'Ouro, Vila Berta e Vila Rodrigues, com base no estudo da CML de 1990.

²⁶ A Graça localiza-se numa das primitivas colinas da Lisboa Cristã, sendo um importante ponto estratégico para D. Afonso Henriques, que ali instalou o seu quartel-general em 1147. Embora tenha obtido uma classificação administrativa numa época recente da sua história, a verdade é que a Graça é um território bem demarcado há vários séculos. Foi um importante subúrbio árabe da Lisboa Mourisca, com o nome de “Almofala”. Na zona onde se situou o cemitério mouro foram mais tarde construídos o Convento dos Cônegos (de S. Vicente) e o Convento dos Agostinhos, ambos sob invocação de Nossa Senhora da Graça. Os frades Agostinhos tiveram uma influência decisiva na construção do edifício nesta colina. Do edifício construído na Graça entre o século XV até ao terramoto de 1755 apenas sobreviveu o Convento dos Agostinhos (Actual Convento da Graça). Após o terramoto de 1755 o número de habitantes na cidade de Lisboa aumenta drasticamente e leva à construção não só de residências simples mas também de sublimes palácios. Com a extinção das ordens religiosas no século XIX assinalam-se mudanças no território como por exemplo a passagem do Convento a quartel-general.

grande diversidade de população²⁷. Contam-se os exemplos de arquitectura erudita e os largos e miradouros, mas principalmente o número invulgar de pátios e vilas.

No início do século XIX, a Graça tornou-se numa das zonas mais ricas no edificado de tipologia operário. Entre os pátios ali existentes, e para além do Pátio do Barbosa, contam-se o pátio das Beatas, na Rua das Beatas, o Pátio do Bota Abaixo, na Rua da Bela Vista, o Pátio dos Peixinhos, na Rua dos Sapadores, e o Pátio do Artilheiro, na Rua da Senhora da Glória, entre muitos outros, que se encontram escondidos atrás de um portão ou quintal²⁸. Para além da Vila Berta, Vila Rodrigues, Vila Sousa e do Bairro Estrela d'ouro, contam-se outros nomes como a Vila Maria, na Rua de S. Gens, e a Vila Macieira, na Calçada dos Barbadinhos. Já mais perto da Penha de França são de referir a Vila Celeste, a Vila Cândida, a Vila Piedade, a Vila Saraiva e a Vila Djanira²⁹.

Os cinco casos que iremos aqui estudar correspondem a edifícios criados como apoio habitacional de complexos fabris ou criados por empreendedores ligados a actividades do sector secundário e terciário e dedicados ao apoio social dos trabalhadores. Estes bairros e vilas estão localizados no Centro Histórico da cidade de Lisboa. Alguns dos casos das vilas operárias a estudar são exemplos que consideramos particulares no património industrial pois apresentam elementos arquitectónicos e decorativos de enorme valor. Estes edifícios mantêm viva a memória da cidade e da própria história da indústria estabelecendo-se, assim, uma ligação entre o passado e o presente. O valor histórico, social e as memórias da indústria e do quotidiano dos seus trabalhadores são também elementos de grande importância³⁰.

Ao longo dos anos os pátios e vilas operárias têm vindo a ser transformados. Se na época em que foram construídas muitas das vilas os seus habitantes já não eram propriamente a classe pobre trabalhadora, o facto de os edifícios terem mantido, depois do desmantelamento das unidades fabris a elas associadas, a mesma designação, deixou uma marca em quem lá habita. Em muitos casos observou-se o

²⁷ A Graça destaca-se também pelo seu papel nas Marchas Populares, com o famoso Clube Desportivo da Graça fundado em 1935.

²⁸ Vieira, 1997:117.

²⁹ Vieira, 1997:117.

³⁰ Carvalho (2009) refere a existência em Lisboa de cerca de 593 pátios com características formais e funcionais idênticas, sendo que a freguesia de Lisboa que apresenta maior número de pátios é a de Marvila (73), seguida pela de Santo Condestável (51) e a de Alcântara (37).

desmantelamento das placas de identificação, numa tentativa de esquecer a designação de vila. O forte enraizamento local deve-se à longevidade nas ocupações dos fogos; aos laços de parentesco originais mas também, e sobretudo, à similitude das origens sociais. Como refere Cordeiro (2003:186): “A construção de significados partilhados pela população de uma cidade, ou parte dela, decorre, pois, de intrincados processos de interacção social, de confrontos e negociações entre práticas sociais e visões do mundo distintos, nomeadamente entre a “gente comum” e as “élites governamentais”.

Poder-se-á então dizer que, estes são os principais factores que conferem um carácter único à vivência que se estabelece entre as pessoas nos pátios e vilas, definindo um modo específico de viver a cidade.

1.2. Protecção e valorização do património industrial

A valorização de um determinado património é muitas vezes feita através do valor dado pela população em que se encontra inserido, o que significa que “inclusão” e valorização”³¹ são dois elementos chave nos projectos patrimoniais. Para autores como Alves (2004) dado o seu carácter efémero (e muitas vezes obsoleto) o património industrial necessita de uma abordagem multidisciplinar e de uma promoção junto de públicos diversificados, criando-se uma rede alargada de representações e dos seus significados. Ainda segundo Alves (2004:253), “ (...) o património industrial vale essencialmente pelo meio em que se insere, pela paisagem que se revela como ícone, pelas relações que estabelece com o espaço e as memórias na diversidade de referências.”

Quando falamos em património industrial, e como refere Folgado (2002:16), falamos de uma das áreas do património mais difíceis de trabalhar, seja pelo carácter abrangente e atípico, seja pelas políticas que se lhe aplicam. Muitas vezes o desmantelamento, sem registo, de fábricas, armazéns, portos, pontes ou estações de caminho-de-ferro está relacionado com as áreas em que os edifícios se encontram, que são frequentemente atractivas para o investimento público e privado. Também a

³¹ Alves, 2004:255.

evolução tecnológica e das infra-estruturas têm levado, ao longo do tempo, ao desmantelamento e desactivação de pólos industriais. Consequentemente, as instalações são deixadas ao abandono e provocam um “vazio” na malha urbana (é aqui que muitas vezes nascem os projectos de reabilitação e recuperação). Hoje em dia os planos de intervenção urbana concentram-se na revalorização do tecido urbano e do património, integrando-os na malha habitacional. Vários casos em que edifícios de uso industrial são adaptados para novos usos contemporâneos são exemplo de uma maneira hábil de salvaguardar património, reabilitar zonas da cidade, e dar aos seus habitantes maior qualidade de vida: “Como a desindustrialização de vastas áreas, outrora muito desenvolvidas, deixou espaços e sítios desactivados, há que saber reutilizar muitos deles, dando-lhes como que uma “segunda vida” e valorizando-os, cultural e economicamente.”³². Após a II Guerra Mundial, a par da consciencialização no que diz respeito à recuperação, estudo e conservação do património, uma série de acontecimentos vêm proporcionar a evolução desta área, em Portugal e no resto da Europa³³.

Em 1973, foi fundado o Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial (*The International Committee For The Conservation Of The Industrial Heritage* ou TICCIH), após a I Conferência Internacional para a Conservação do Património Industrial que decorreu em Inglaterra, mais propriamente em Ironbridge. Este Comité pretende promover, conservar, investigar, documentar, pesquisar e interpretar o património industrial mundial, desde os vestígios industriais – sítios industriais, construções e arquitectura, plantas, maquinaria e equipamento – às habitações, conjuntos industriais, paisagens industriais, produtos e processos, passando pela documentação relativa à sociedade industrial.

Alguns anos depois da criação da TICCIH, é organizada em Portugal a primeira exposição de Arqueologia Industrial, que aconteceu em Tomar em 1978. Em 1980, é criada a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa que, em 1985, organiza na Central Tejo a exposição *Arqueologia Industrial: Um Mundo a Descobrir*,

³² Mendes, 2006:10.

³³ O projecto pioneiro relativo ao património industrial foi a reconversão da Gare D’Orsay (desactivada por volta de 1970) no Museu de Orsay, pelos arquitectos Renaud Bardou, Pierre Colboc e Jean-Paul Philippon, em Paris.

um mundo a Defender (em 1986, é substituída pela Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial). Ainda em 1984 foram classificados pela primeira vez como “imóveis de interesse público” edifícios como a Fábrica das Sedas ao Rato, os Moinhos de Maré do Seixal, a Garagem “Auto-Palace”, o Bairro Grandela e a antiga Escola Industrial de Marquês de Pombal.³⁴

Em 1992 é criada a Associação Industrial da Região de Lisboa, no mesmo ano em que é criada a Associação Portuguesa de Empresas com Museu, consagrando-se assim a importância patrimonial de alguns edifícios ligados à produção fabril (cinco anos mais tarde, em 1997, é constituída a APPI no Porto, organismo que representa a TICCIH em Portugal, com o Museu da Indústria Têxtil).

A conservação do património industrial está ao cargo do IGESPAR³⁵, enquanto o inventário se encontra a cargo da DGEMN³⁶. O património arquitectónico é, então, gerido por instituições estatais (IGESPAR e DGMEN) mas encontra-se também sob a alçada da Direcção Regional da Cultura e do IHRU³⁷. Numa escala local, o património cultural poderá também ser gerido pelas Autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia. Ainda assim, muitas áreas de índole industrial e com história cultural a si associadas não estão incluídas em Planos de Pormenor³⁸ e muitos imóveis não se encontram ainda classificados. No que respeita a classificação do património a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, abrangendo bens culturais de natureza industrial, bem como o Decreto-lei nº 208/2009, de 23 de Outubro, que trata os procedimentos de classificação, assumem-se como as duas pedras basais legislativas. Há que mencionar o facto de que qualquer interessado pode dar entrada a um processo de

³⁴ Santos, 1997:7.

³⁵ Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, que surgiu em 2006 da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico com o Instituto Português de Arqueologia.

³⁶ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

³⁷ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana que resulta de uma reestruturação e inserção no Instituto Nacional de Habitação do o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado e um segmento da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

³⁸ “O Plano de Pormenor surge subordinado ao PDM - Plano Diretor Municipal. No Plano de Pormenor estão definidas as áreas para construção, as áreas que têm como destino a construção de vias de comunicação e a implantação das redes de infra estruturas (água, eletricidade, saneamento básico, etc.). Os PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território) referem que o Plano de Pormenor define, com minúcia, a tipologia de ocupação de qualquer área específica do município. É sempre aplicado a áreas de intervenção previamente definidas.” In [http://www.infopedia.pt/\\$plano-de-pormenor](http://www.infopedia.pt/$plano-de-pormenor), consultado em 4 de Julho de 2013.

classificação. Em 2008, o IHRU e o IGESPAR criam o KIT03, parte integrante do documento “Kits – Património”, um guia prático que determina as regras básicas gerais, com a intenção de orientar a inventariação do património arquitectónico. Cada número da colecção é dedicado a um tipo específico de património, sendo que o KIT03 se refere ao Património industrial.

No relatório português da TICCIH datado de 2006 são referidas algumas das causas para a situação actual do património industrial em Portugal. Entre elas, a adaptação da economia portuguesa aquando da entrada na UE, o rápido crescimento urbano de algumas cidades e a especulação imobiliária associada, a ausência de linhas guia para o património cultural e a incapacidade das autoridades oficiais no que diz respeito à sua conservação, bem como o desmantelamento de determinadas instituições, como o Instituto Geológico e Mineiro, e a estagnação da APAI. Diz-nos o relatório que em 2006, as áreas que se encontravam mais ameaçadas eram as fábricas históricas em zonas costeiras, as minas que haviam sido recentemente fechadas e as linhas de caminho-de-ferro e as suas estações, que deixaram de ser utilizadas e na sua maioria tinham características arquitectónicas e decorativas únicas. A inexistência de políticas nacionais permitiu que muitos artefactos e documentação histórica relacionada com estas áreas se perdessem ou fossem destruídas.

No entanto, nesse mesmo relatório, é também sublinhado que desde 1997, muitos edifícios e sítios industriais foram classificados como edifícios de interesse público (é o caso da Real Fábrica da Seda, em Lisboa) e também como monumentos nacionais (como os elevadores da Glória, Bica e Carmo, em Lisboa). Muitos projectos e organizações são referenciados positivamente, no que respeita às suas acções no património, como é o Caso da Universidade da Beira Interior, com o Museu da Lã, do Ecomuseu do Seixal, bem como do CENTIMFE (Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos). Os projectos de reutilização e os museus desenvolvidos ou em vista de serem desenvolvidos têm vindo a merecer algum destaque, sublinhando-se sempre a necessidade de uma política nacional para o património industrial. Ao longo dos últimos anos têm sido organizadas várias exposições e inúmeros encontros com vista a promover este património, e têm também sido publicadas algumas obras relativas a esta temática, de que se destacam

os trabalhos de autores como Jorge Custódio, Deolinda Folgado, Graça Cordeiro, José Amado Mendes e Nuno Teotónio Pereira, entre outros.

Observa-se a nível nacional, o crescer de um conjunto de acções culturais intimamente ligadas ao património industrial e a tentativa de valorização da vida e testemunhos dos operários. Todas estas acções reflectem o crescente interesse por este património, que levou, por exemplo, à elaboração de inventários e à criação de rotas de turismo. Com os mecanismos que foram surgindo em Portugal, e a crescente sensibilização para a protecção do património industrial, foram surgindo museus relacionados ou instalados em antigos edifícios industriais³⁹. O surgimento deste tipo de museus está directamente relacionado com o papel emergente da nova museologia⁴⁰.

Ao mesmo tempo que muitos museus são instalados em antigos complexos fabris, e a arquitectura industrial passa a ser culturalmente reconhecida, são também criadas rotas turísticas em torno deste património. Desenvolvido pelo CENCAL, nas Caldas da Rainha, o projecto Rotas da Cerâmica, foca o Sector da Indústria Cerâmica em Portugal. Também a Rota do Património Industrial do Vale do Ave (Património Industrial do Ave 2010) visa dar a conhecer os dois séculos de indústria que marcou, inevitavelmente, a paisagem e o desenvolvimento daquela região. Em 2006 foi criada a Rede Portuguesa de Moinhos em Boticas (Trás-os-Montes) que realiza um inventário deste património cultural, estando também integrada na Sociedade Internacional de Molinologia. Por sua vez, o Alentejo está a desenvolver uma Rota do Património

³⁹ O Museu da Água, em Coimbra, o Museu da Electricidade, em Lisboa, o Museu da Indústria Têxtil, na Bacia do Ave, o Museu de Lanifícios, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, o Museu da Fábrica de Sacavém e o Museu do Trabalho Michel Giacometti em Setúbal, entre muitos outros.

⁴⁰ As alterações sociais de 1960 contribuíram para a necessidade de pensar um novo papel para os museus, inserindo-os no contexto democrático e adaptando-os aos tempos modernos. O aparecimento da Nova Museologia está directamente ligado com o encontro em Santiago do Chile em 1972, de onde surge a “Declaração de Santiago do Chile” e onde se sublinha o papel social dos museus e se determina a importância de desenvolver a “participação e a democratização dos públicos” através do espaço cultural do Museu. Também a ideia de “processo” se destaca, sendo que “o desenvolvimento do museu e das actividades museológicas se inserem numa cadeia de conhecimentos, tendo como pano de fundo as mudanças sociais e culturais no quadro de uma articulação interactiva entre os recursos efectivos e as populações.” É por isso que ao contrário da museologia tradicional que destaca a peça, a Nova Museologia privilegia o território e a sua população, tentando envolver os locais nas actividades museológicas. “Depois de um primeiro congresso mundial em Banff (Canadá), na Europa, face à crise daquilo que era e devia ou não ser museável, nos anos 1990, triunfou a Nova Museologia (museus comunitários, de território, de sociedade, dialógicos, reflexivos, ecomuseus), o que favoreceu a utilização da interpretação como método ligado aos processos de patrimonialização” (Pérez, 2009: 225).

Industrial, sob a temática do mármore, centrada na visita a pedreiras e fábricas. O projecto, a inaugurar ainda este ano, encontra-se provisoriamente intitulado “Tons de Pedra - Rota do Património Industrial” e será difundido pela Turismo do Alentejo com colaboração conjunta das Câmaras Municipais de Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Alandroal e Sousel. Para além disto, a região abraçou também um projecto relacionado com as minas de São Domingos. Neste caso, é um *site*⁴¹ que pretende reunir informação, em molde de arquivo digital, com fotografias, documentos e bibliografia, promovendo o património que a mina deixou, e chamando a atenção para este tipo de património. Já em 1997, a Mina de Lousal (em Grândola), tinha sido alvo de uma reconversão turística.

Também as empresas turísticas têm demonstrado preocupação com este tipo de património, como é o exemplo da empresa “Lisboa Autêntica”, que tem vindo a promover passeios temáticos pela cidade de Lisboa. Um dos passeios é precisamente focado na história dos pátios e vilas operárias da Graça, levando os participantes a conhecer os edifícios, os modos de vida e os locais de trabalho dos operários desta zona. A equipa que compõe esta empresa turística é uma equipa multidisciplinar, focada na história e características autênticas que Lisboa apresenta, e que muitas vezes acabam por passar despercebidas aos turistas. Este percurso tem o custo de 10 euros por pessoa⁴².

No que diz respeito a iniciativas privadas há também exemplos que merecem ser mencionados. A título individual, e recentemente, Alexandre Farto (Vhils Selected Works), um artista plástico conhecido pelos seus retratos cravados em parede, criou uma obra no antigo empreendimento da Fábrica Oliva, em São João da Madeira. Em “tributo aos antigos operários da fábrica”, como menciona o título da reportagem feita pelo Jornal Público, Alexandre Farto recriou a cara de uma funcionária (“Miss Oliva”) com base num cartaz publicitário. Para além de destacar a memória do trabalho operário e da própria fábrica, a obra abriu a porta para o complexo “Oliva Creative Factory” o que implicou a realização de parcerias públicas. Este tipo de acções demonstra a crescente preocupação com o abandono da indústria em Portugal.

⁴¹ Sobre o assunto ver: <http://www.minasaodomingos.comyr.com>, consultado em 10 de Julho de 2013.

⁴² Sobre o assunto ver: <http://lisboaautentica.com/passeio/lisboa-operaria>, consultado em 10 de Julho de 2013.

Já em 2006 Mendes (a propósito do VIII Curso de Verão da Ericeira subordinado ao tema “Viver a Natureza. Pensar o Desenvolvimento”) defendia que as medidas a tomar, no que diz respeito ao património industrial, estão relacionadas em primeiro lugar com a educação, em segundo com o inventário e terceiro com a intervenção de especialistas. No primeiro, é necessário introduzir estas matérias nos programas escolares e apostar mais na investigação. Na segunda, é preciso inventariar, investigar e eventualmente reutilizar, tendo em conta que as iniciativas devem ser tomadas por concelho, freguesia ou localidade. A escala de intervenção deve ser por isso a mais reduzida possível. Por último, no que diz respeito à intervenção dos especialistas, é cada vez mais necessário praticar a multidisciplinariedade das equipas. Nesta matéria, cabe-nos referir que em Novembro de 2012 foi constituída a Rede Indústria, História e Património (RIHP) que reúne diversas unidades de investigação, de diferentes entidades cujos investigadores estão interessados na área da indústria como património. A RIHP é um projecto pioneiro em Portugal e abre assim o espaço interdisciplinar, essencial na discussão do património industrial, tendo em vista a promoção do desenvolvimento de actividades relacionadas com a indústria e toda a realidade a ela associada (arquitectónica, tecnológica, social, cultural e paisagística). Como objectivos concretos surgem a criação de uma plataforma digital nesta temática e a realização de um encontro que se pretende anual.

Ainda assim, na escala do Poder Local são muitas das vezes desenvolvidos projectos de recuperação de edifícios de tipologia industrial com finalidade cultural. Um excelente exemplo de um projecto cultural desenvolvido por uma autarquia em espaço industrial é o carismático Museu da Chapelaria em São João da Madeira. Também algumas empresas e associações, como a APAI e a APPI, têm vindo a desenvolver acções sobre o património industrial. Podemos citar, como exemplo, a criação do Museu Histórico da Vista Alegre.

Todas estas acções demonstram o interesse que o património industrial tem. É por esta razão que acreditamos que os organismos municipais e do Estado devem promover ou, pelo menos, divulgar este património. O conhecimento por parte do público sobre a história destes lugares levará, quem sabe, a uma maior preservação e admiração pelo património industrial.

CAPÍTULO 2

O PLANEAMENTO URBANO DA CIDADE DE LISBOA

2.1. Do Plano Geral de Urbanização à criação do Gabinete dos Pátios e Vilas

Durante muito tempo o aparecimento de unidades fabris não esteve previsto no desenho urbano das cidades, mas a verdade é que a industrialização trouxe implicações logísticas e de mobilidade, e a cidade cresceu de fora para dentro (consequência da criação da habitação operária e do sistema de transportes). Para a compreensão da história do património industrial em Lisboa, e de um melhor entendimento da cidade, julgamos ser necessário analisar previamente, mesmo que de forma sumária, a evolução do planeamento da sua rede urbana.

Em 1938, com Duarte Pacheco na presidência da Câmara Municipal tem início uma nova fase na gestão territorial, com a contratação do arquitecto Étienne de Gröer. Em conjunto com os serviços da Câmara, Gröer veio definir as linhas base para o desenvolvimento de Lisboa num Plano Geral de Urbanização que é aprovado pela Câmara somente em 1948⁴³. Contudo, durante o período que compreende a fundação das manufacturas em Portugal e a Exposição Mundial de 1998, o único plano com características industriais, por decisão governamental, foi o do “Parque Industrial dos Olivais”. Para além deste plano, as remodelações urbanísticas que o plano de Gröer estabeleceu, e o respectivo Decreto-Lei de 19 de Outubro de 1942, traduziram-se na criação de uma Zona Industrial do Porto de Lisboa e na resolução dos problemas adjuvantes da requalificação da Zona Ocidental da Cidade.⁴⁴

Alguns anos mais tarde, em 1954, foi criado o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU), com o objectivo de rever e actualizar o plano de 1948. Já em 1977,

⁴³ Este plano, que nunca chega a ser aprovado pelo Governo, tinha como linhas gerais o desenvolvimento da rede viária, a organização das densidades populacionais, a criação de uma zona industrial na zona oriental, a construção de uma ponte entre Poço do Bispo-Montijo, a construção de um Aeroporto Internacional a norte da cidade e a criação de um Parque em Monsanto. Como principal instrumento foi utilizado o zonamento (divisão do espaço em áreas com diferentes usos e aplicação de legislação específica).

⁴⁴ Folgado e Custódio, 1999:9.

perante a necessidade de criação de um instrumento que tivesse em conta a nova realidade urbana (aumento do tráfego automóvel, criação da rede de metropolitano, construção da Ponte sobre o Tejo, desenvolvimento da terciarização do centro e crescimento dos arredores) e que tivesse em conta a área total do concelho, é elaborado o Plano Geral de Urbanização de Lisboa da autoria de Meyer-Heine. Deste plano destacam-se a criação de um eixo de norte a sul, o prolongamento da Avenida da Liberdade e a divisão da cidade em Unidades de Ordenamento do Território.

No ano de 1992, com a elaboração do Plano Estratégico de Lisboa focado nas transformações urbanas e sociais da cidade, os planos anteriores são fortemente questionados. Este novo plano constituía um instrumento de longo prazo (10 anos) e visava determinar as linhas orientadoras da acção municipal no que respeita ao ordenamento e ao desenvolvimento da cidade, estabelecendo um “contrato” de responsabilidade entre as entidades, agentes e organizações, públicas e privadas, com actuação na cidade. Mais tarde, este documento em articulação com o PDM de 1994 veio munir a cidade de Lisboa com diversos recursos e instrumentos urbanísticos. Entre os primeiros grandes objectivos presentes no I Plano Estratégico de Lisboa contam-se a vontade de tornar Lisboa numa cidade mais atractiva para viver e trabalhar, competitiva a nível europeu, com uma administração eficaz, e reafirmando-a como uma metrópole participativa e moderna. Neste plano são de destacar a importância dada às questões habitacionais e das infraestruturas urbanas, mas também à necessidade de requalificação de alguns espaços públicos e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

O PDM de 1994 tinha um carácter misto, de Plano de Estrutura e de Plano de Zonamento, criou tipologias e categorias para o espaço urbano e antecipou as regras jurídicas e a Planta de Ordenamento⁴⁵. É de referir que no PDM não foram contempladas questões essenciais do património industrial, tendo em conta a preservação da sua identidade (exceptuando-se os casos dos bairros operários).

⁴⁵ Nesta, destaca-se a definição das Unidades de Planeamento e Gestão (UOP's) como conceito operacional. Destaca-se também a criação das Cartas do Património e do Ambiente, documentos de referência no que respeita à definição de categorias e ao estabelecimento de regras de intervenção (ao nível dos PMOT's).

Por razões de carácter cultural e político, o cumprimento das acções do I Plano Estratégico de Lisboa não foi possível. Em 2002, com a criação do Departamento de Planeamento Estratégico foi possível retomar o plano e dar início à “Visão Estratégica para a Cidade de Lisboa”⁴⁶. Esta Visão Estratégica tinha como objectivos: qualificar, desenvolver e modernizar a cidade, com base em quatro eixos: Lisboa como uma cidade de Bairros, de empreendedores, de culturais e de modernidade e inovação.

Mais recentemente, em 2010, foi elaborada a Carta Estratégica de Lisboa⁴⁷, que veio tentar responder a um conjunto específico de questões, focando-se essencialmente na reabilitação urbana. A política do município tenta, com este documento, centrar-se na cidade como um todo, numa visão global⁴⁸. Um dos pontos centrais é o do conhecimento e fruição do património por parte dos habitantes, pelo que a cidade deverá proporcionar a “descoberta” dos recantos da cidade, pois serão estes elementos que possibilitarão a Lisboa tornar-se uma cidade criativa e empreendedora. Como se pode ler na referida carta: “Lisboa precisa de se transformar numa cidade de bairros, realçando o carácter existente, plantando as sementes do futuro. O bairro deve ser a unidade estruturante, no espaço e no tempo, definidor do orgulho e do prazer da cidadania. [...] Nos bairros a mobilidade deve ser essencialmente pedestre. Por esse motivo os bairros devem ter uma escala humana, não excedendo a dimensão espacial das cidades medievais”⁴⁹. Ainda no que diz respeito às questões do património, sublinha-se o seguinte: “A valorização e reabilitação do património, bem como a reorganização dos espaços (integrando os

⁴⁶ Esta Visão surge na sequência do Plano Estratégico de 1992, pretendendo definir um conjunto reduzido de ideias-chave e linhas orientadoras e manter a coerência dos eixos de desenvolvimento urbano, dando continuidade a algumas das políticas municipais, e foi delineada paralelamente ao início do processo de Revisão do PDM.

⁴⁷ De momento Lisboa não possui um Plano Estratégico para a cidade, algo que é considerado pela Dra. Rita Megre, do Departamento de Património Cultural da CML, essencial para a gestão do território (Entrevista realizada a Arqt^a Hélia Silva e Dra. Rita Megre da Divisão para a Cultura, a 22 de Maio de 2013).

⁴⁸ Não deixam, contudo, de estar presentes as preocupações com os bairros e zonas de intervenção prioritária. Alguns dos objectivos do Município passam por dinamizar o mercado de arrendamento, oferecer habitação acessível para população jovem e requalificar os bairros municipais, ao mesmo tempo que pretende reforçar as parcerias com a sociedade civil.

⁴⁹ Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024, página 3, em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/carta-estrategica> consulta a 3 de Julho de 2013.

vazios urbanos), necessitam de uma maior autonomia para a grande cidade, negociada com o governo central.”⁵⁰

Assim, a Reabilitação Urbana surge como uma prioridade, não só presente na Carta Estratégica, mas também no Plano Director Municipal, no Plano Pluri-Anual de Investimento e no Programa Local de Habitação (PLH)⁵¹.

A Estratégia de Reabilitação para Lisboa 2011-2024, por sua vez, tem por base um levantamento efectuado ao estado de conservação do edificado, do espaço público e de uma estimativa do investimento necessário para a reabilitação da Cidade, articulando-se com as restantes políticas municipais (nomeadamente, e entre outras, a da cultura e património).

Recentemente, em Agosto de 2012, foi publicado o actual PDM, resultante do processo de revisão do antigo PDM iniciado em 2008. As quatro ideias base do novo PDM são: 1) a afirmação da cidade a nível global e nacional; 2) a regeneração da cidade; 3) a promoção da qualificação urbana; 4) o melhoramento da governação da cidade, estimulando a participação. A nível do espaço urbano, são questões chave a reabilitação dos edifícios, aproveitando-se as infra-estruturas existentes e o melhoramento do espaço público, bem como o aumento de áreas pedonais e áreas verdes e, ainda, a integração da zona ribeirinha na cidade.

A recente reestruturação da CML privilegiou a implementação de um conceito de gestão de proximidade através da criação de cinco zonas de gestão da cidade: Norte, Oriental, Centro, Ocidental e Centro Histórico⁵². Estas zonas de gestão, designadas de Unidades de Intervenção Territorial (UIT), são constituídas por equipas multidisciplinares, preparadas para intervir no espaço público e equipamentos da sua área, identificar os problemas existentes e providenciar a resolução por parte de serviços operacionais da CML, ou outros. As UIT trabalham em estreita colaboração com os moradores, Juntas de Freguesia, Associações e todos os outros parceiros locais nos processos de decisão. Este modelo de gestão permite um envolvimento activo da comunidade na gestão da cidade.

⁵⁰ Idem, página 4.

⁵¹ In <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana>, consultado em 3 de Julho de 2013.

⁵² Ver Anexo III.

Com a evolução do Planeamento Urbano na CML foi então possível, entre outros, desenvolver programas de recuperação de antigas áreas industriais degradadas e criar, por exemplo, o Gabinete de Pátios e Vilas.

2.2. Pátios e vilas operárias na perspectiva municipal

Ao longo dos anos o estudo sobre pátios e vilas tem-se densificado, quer por autores como Nuno Teotónio Pereira e Teresa Barata Salgueiro quer pelo próprio Município de Lisboa. Em 1988 é tornado público o “Estudo dos Pátios e Vilas de Lisboa”, uma proposta conjunta da Direcção dos Serviços de Habitação e do Gabinete de Estudos Olissiponenses⁵³. Este estudo apresenta uma metodologia de trabalho baseada na realização de inquéritos/questionário, fichas e listagem de todos os pátios e vilas por freguesia, morada, tipo de propriedade, número de fogos. Foi também feita a catalogação fotográfica dos respectivos processos de obra. O objectivo final era a inventariação dos pátios e vilas, existentes na cidade de Lisboa⁵⁴.

Em 1990, é elaborada uma lista com cerca de 100 vilas e pátios considerados de interesse histórico/patrimonial a preservar⁵⁵. Dois anos mais tarde, em 1992, é criado o Gabinete dos Pátios e Vilas da CML (Direcção Municipal da Reabilitação Urbana) com o objectivo de realizar um levantamento exaustivo, de modo a promover a reabilitação destes conjuntos (os de melhor qualidade e com maior interesse urbanístico e/ou arquitectónico). Em seguimento, e já em 1993, o Núcleo de Reabilitação Urbana elabora o “Plano de Pormenor e Salvaguarda: Pátios e Vilas 1”. Este plano dá início às intervenções nestas áreas que se irão realizar durante os dez anos seguintes. São exemplo disso a Vila Paulo⁵⁶, a Vila Gomes⁵⁷ e a Vila Grandela⁵⁸.

⁵³ Este projecto interdisciplinar tinha como objectivo conhecer o melhor possível o estado real destas situações urbanas, apresentando linhas orientadoras e de actuação na salvaguarda de casos. No “Estudo dos Pátios e Vilas de Lisboa (C.M.L.,1988) defendia-se o estudo destes elementos, sublinhando o interesse para a história da Cidade, tendo em conta as possíveis “correlações existentes entre local de trabalho, residência e outras”, bem como a importância para a história do urbanismo.

⁵⁴ A ideia era realizar, posteriormente, um banco de informação digital, associada a um cartograma com pormenores da localização.

⁵⁵ Em 1992 uma nova lista contava com 103 exemplares.

⁵⁶ A Vila Paulo, em São Jorge de Arroios, foi edificada nos anos 20, e foi recuperada em 1992. Esta vila é particularmente interessante pelo seu sistema de escadas e galerias exteriores, de ferro. O projecto de

Em 1994, e no âmbito da Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura, a Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas (DRUPV) lança o “Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina”, onde se destaca a urgência na preservação e reabilitação dos pátios e vilas de Lisboa, com valor patrimonial. No ano seguinte realiza-se o I Colóquio Temático, sobre o “Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana” (1995)⁵⁹. A partir deste momento, e devido ao corte de fundos monetários, a temática perde algum destaque, embora tenham ocorrido várias iniciativas municipais (publicações, por exemplo) e tenham sido várias as referências jornalísticas sobre o assunto. No fim do século XX estima-se que existissem em Lisboa um total de 1200 pátios e vilas. Segundo o estudo realizado em 1992 pela CML (nomeadamente pela DMRU – DRUPV’S) contabilizavam-se 103 pátios e vilas de património com interesse a preservar e a reabilitar (Anexo IV).

De facto, estes pátios e vilas, nas suas diversas tipologias, são testemunhos vivos que documentam as manifestações sociais ao nível da fixação das pessoas no espaço urbano de Lisboa. Ao longo dos tempos estes espaços passaram por diversas fases e caracterizações, constituindo igualmente um modo específico de construir a cidade, com particular destaque para a transição entre o século XIX e o século XX, em pleno advento da industrialização. Nesse período os pátios e vilas de Lisboa assumiram-se como espaços contemporâneos de vivências que, nas suas diversas vertentes (estética, histórica e social), constituem um valor que urge, de facto, preservar.

reabilitação foi monitorizado pela DRUPV, realizando-se fundamentalmente melhorias nas condições das habitações, reforçando as medidas de segurança estrutural (tida em risco), tendo o cuidado de se manter a imagem e identidade do espaço, com a recriação das características cromáticas e construtivas originais.

⁵⁷ A Vila Grandela também foi alvo de obras de manutenção dos edifícios habitacionais por parte da C.M.L.. Para além disso, foi remodelado o edifício da antiga escola primária (entre 1987 e 1990), convertido em creche, e alguns anos depois (1990-1993) foi aqui instalado, no segundo edifício, a Biblioteca-Museu da Resistência e da República.

⁵⁸ A Vila Gomes, na Penha-de-França, edificada entre 1901 e 1908, foi igualmente alvo de um projecto de reabilitação. Este projecto visou preservar a imagem e características da vila, reabilitada em 2000, que acabou por ganhar em 2001 o 1º Prémio RECRUA— Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados. Este programa promove a recuperação de edifícios degradados considerando as suas características arquitectónicas, culturais e sociais. O Prémio RECRUA premeia anualmente essas intervenções.

⁵⁹ Pinto, 2008:5.

Lisboa, cidade de bairros, tem especial atenção por parte do município no que respeita a políticas e programas com incidência nos bairros “históricos, típicos ou populares”. A autarquia preocupa-se com a imagem, sendo que os programas investem na reabilitação e revitalização urbana destes espaços, tendo em atenção as possibilidades dos usos dos espaços e as características arquitectónicas. (Gomes, 2012:6)

Ainda assim, nos dias de hoje, a característica comum a quase todos os pátios e vilas de Lisboa é o seu estado de elevada degradação. Na opinião da Arquitecta Hélia Silva e da Dra. Rita Megre (ambas do Departamento do Património Cultural da CML) a falta de um Plano Estratégico para a cidade de Lisboa e as questões do licenciamento são os dois principais entraves aos projectos de preservação. Uma das hipóteses apresentada pela Dra. Rita Megre é a colaboração estreita entre a CML e os proprietários: sendo que a elaboração do projecto de reabilitação/recuperação do núcleo habitacional ficaria a cargo da Câmara e a realização da intervenção seria da responsabilidade do proprietário, sempre com acompanhamento dos serviços camarários.

Segundo as nossas entrevistadas, é necessário proteger estes espaços, mas também dar a conhecer e divulgá-los, pois só assim o património será conhecido e respeitado por todos. Afirmaram também que os itinerários e percursos em torno deste património podem e devem ser criados por privados, empreendedores ou associações de turismo, que poderão encontrar depois o apoio logístico necessário nos serviços da Câmara.

Outra das questões levantadas, e que aqui importa sublinhar, foi que “o número de habitantes que actualmente residem em pátios e vilas na cidade de Lisboa é bastante significativo”. Muitos dos edifícios do Centro Histórico de Lisboa, degradados ou com fracas condições de habitabilidade, possuem, para além de um enorme “valor histórico, simbólico e patrimonial”, uma localização privilegiada e são “tradicionalmente ocupados por classes populares, acrescenta-lhes ainda mais valor, tornando-os ainda mais atractivos, não apenas para as classes consumidoras, mas também para investidores da indústria turística e imobiliária”. (Gomes, 2012:6)

Assim, constatamos, que hoje em dia a localização destes conjuntos atraem as famílias de classe média assistindo-se, a uma transformação da composição social e consequentemente a uma requalificação dos edifícios antigos⁶⁰. Poderá aqui aplicar-se o termo “gentrification”⁶¹. Se é verdade que em décadas anteriores os bairros históricos da cidade de Lisboa eram ocupados por classes sociais mais baixas, não é menos verdade que com a entrada de Portugal na CEE e posteriormente UE, e o consequente entrada de capitais no país, a rede urbana foi sofrendo várias alterações. O objectivo era modernizar e requalificar o país, nomeadamente as cidades, cujas políticas fomentavam o retorno da população. O aparecimento de programas como RECRIA, REHABITA, RECRIPH, IORU ou URBAN comprovam o incentivo à recuperação e reabilitação de edifícios degradados ou dos bairros históricos, nomeadamente por particulares.

No seu texto Batalha (2003:77) afirma que várias áreas da malha urbana (em particular nos centros históricos, mas também antigas áreas industriais) são reabilitadas oferecendo à população novas áreas habitacionais e até mesmo de lazer, tornando-se mais atractivas. A autora (Batalha 2003:79) fala-nos também de um facto histórico que deve ser tido em conta e que diz respeito à segregação social no espaço urbano antes da Revolução Industrial, feita através de espaços como mourarias, judiarias ou bairros dos cristãos novos e que obrigava ricos e pobres a coabitar muito próximos: “as diferenças verificadas entre as habitações dos mais abastados e dos mais pobres eram sobretudo o seu tamanho e o seu mobiliário interior”. Após a Revolução Industrial, e com a chamada globalização económica, a diferenciação entre classes tornou-se mais acentuada. Este facto teve uma grande repercussão no território, dando-se definitivamente a ruptura espacial entre as diferentes classes.

⁶⁰ Batalha, 2003:87.

⁶¹ Este termo, utilizado pela primeira vez por Ruth Glass, no início dos anos sessenta (GLASS, 1963) é usado para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média povoam antigos bairros. Para saber mais sobre o assunto veja-se o artigo de Tom Slater (2010) em <http://www.geos.ed.ac.uk/homes/tslater/gotcbridgewatson.pdf>

CAPÍTULO 3

TURISMO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: NOVOS CAMINHOS PARA O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL NA CIDADE

O turismo cultural pode ser entendido como uma indústria que possibilita o encontro entre “local e visitante, produtores e consumidores de bens culturais” ⁶². Para o autor da afirmação acima citada as duas questões fundamentais para o estudo deste tema são: em primeiro lugar, o turismo como parte integrante do mundo global (ou seja, o facto de o turismo ser um fenómeno que na sociedade actual não pode ser ignorado) e, em segundo lugar, a análise do processo da cultura como elemento indispensável no turismo e as relações socio-culturais que este origina. Para além disso, o turismo pode ser considerado um produtor de cultura, o que representa que o estudo do turismo é uma maneira de estudar a produção de cultura. Tanto assim que, segundo Pérez, “turismo e antropologia são duas formas de peregrinação na procura do sentido da vida perdida, ambas praticadas com um bilhete de ida e volta, suportando certas incomodidades, em ambos os casos se procura demonstrar o facto de “ter estado lá” (Pérez, 2009:6, citando Delgado (2002).

É na época do Romantismo, no fim do século XIX, que por toda a Europa se verifica um desenvolvimento acentuado do turismo moderno, em virtude do aumento da burguesia e a consequente capacidade financeira para a mobilidade social, e também devido ao crescimento das companhias de transportes. Nesta época a natureza e a paisagem tornam-se elementos procurados. “A própria palavra “turismo” tem a sua origem etimológica (Álvarez Sousa, 1994:15) em “tour”, que era a viagem que os nobres ingleses, alemães e outros realizavam pela França desde fins do século XVII. [...] Estas práticas sociais eram uma etapa da educação das classes mais poderosas realizada em zonas rurais, orientais e meridionais europeias. Era esta a preparação para o trabalho na política, na diplomacia ou no mundo dos negócios.”⁶³

O que é então o Turismo Cultural? Comparativamente ao turismo tradicional, que procura o sol e praia, a serra, a neve ou outro tipo de atracções, o turismo cultural

⁶² Pérez, 2009:6.

⁶³ Pérez, 2009:18.

está associado à procura da prática cultural, podendo ser visto como um dos elementos chave no fomento do contacto intercultural. Pérez (2009:116) define-o como “ [...] uma forma de turismo que tem por objecto central o conhecimento de monumentos, sítios históricos e artísticos ou qualquer elemento do património cultural.” Uma forma de turismo cultural é a procura de atracções históricas (ou seja, sítios histórico-culturais) que ajudem a perceber o passado de uma localidade, região ou país, num determinado período, de uma forma activa, participativa, informativa e sobretudo recreativa. Pérez (2009) identifica como carências do turismo cultural nas cidades a falta de imagens promocionais, a falta de abertura de edifícios com características culturais, a falta de suportes multimédia e documentais em diferentes idiomas, a fragmentação de iniciativas e a falta de serviços turísticos, nomeadamente de informação e visitas guiadas. Face a esta realidade, o autor propõe um conjunto de estratégias a adoptar, das quais destacamos: a definição de campos de trabalho por parte do município, tendo em vista a sua relação com o Estado e as suas instituições; a realização de políticas culturais sustentáveis, apoiando a criatividade e tornando a cidade mais atractiva; o planeamento de uma estratégia internacional, recorrendo ao marketing cultural urbano; e o apoio às indústrias culturais.

Ao mesmo tempo que a museologia tradicional entra em crise, nascem novas experiências na área da gestão e dinamização do património e neste contexto nascem novos métodos de actuar no património. No presente estudo, cabe-nos focar um desses métodos, o da interpretação⁶⁴, pois é neste método que encontramos a realização de itinerários turístico-culturais.

O método da interpretação parte de testemunhos culturais e/ou naturais existentes num determinado sítio e tenta dinamizar o património cultural no seu contexto primitivo. Este método preocupa-se também com a “recuperação *in situ*” e a máxima “contextualização”, rejeitando “a ideia do objecto como valor em si mesmo, à margem da sua função e do seu significado”. A interpretação tem como objectivo

⁶⁴ A interpretação remonta ao fim do Séc. XIX e início do Séc. XX, com a criação de parques de vida tradicional nos países nórdicos, como são exemplo o museu Frilandsmussei na Dinamarca (1897) e o Museu Nordiska na Suécia, com uma secção ao ar livre que data de 1891. Ainda antes, em 1881, o rei Óscar II de Noruega apresentou uma colecção de casas camponesas em Bygdøy, Oslo, que foi depois introduzida como parte do Norskfolkemuseum (fundado em 1894 num apartamento em Oslo e movido posteriormente em 1902 para Bygdøy, sendo actualmente o segundo museu ao ar livre mais antigo da Noruega).

prover o visitante dos elementos necessários para fazer a leitura do sítio: “ver, explorar, situar, observar, analisar, compreender, sentir, reviver”, permitindo ao público um conjunto de vivências com significado e procurando criar sentimentos e sensações. A interpretação promove variadas leituras do património e faz parte da investigação científica do mesmo. Algumas das suas bases são o conhecimento e experiência das pessoas e a identidade local. As suas técnicas são elaboradas de acordo com o público-alvo e durante o seu processo o património é reconvertido em “produto”, embora não o seja em termos comerciais, e encontra-se intimamente ligada com o desenvolvimento sustentável⁶⁵.

Enquanto método, a interpretação do património cultural e natural desenvolveu-se no período que compreende a I e II Guerra Mundial, com a criação dos Parques Naturais nos EUA, difundindo-se depois por países como o Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia⁶⁶. Segundo Pérez (2009), a “interpretação nasce da preocupação não só de conservar mas também de “difundir” o património cultural”. Quando se fala em interpretação direccionada ao património cultural, fala-se de uma ferramenta essencial para a planificação da oferta cultural. Este método tem por base a investigação documental, mas também o trabalho de campo numa vertente antropológica, em que se observa o participante, se formulam inquéritos e entrevistas, e se inventariam os recursos existentes. Desta forma pretende-se tornar compreensível o significado, identidade e sentido do bem cultural e do modo de vida de uma população. Ao mesmo tempo que a interpretação torna o património decifrável, converte-o para o presente, introduzindo-o na oferta (e consequente procura) turística. “Portanto, a interpretação é um meio de comunicar conteúdos culturais a um público. Através dela, o público procura o sentido do lugar e o reconhecimento dos habitantes (identidade e território). A interpretação oferece vivências e experiências partindo de um tema ou conjunto de temas que se revelam nos seus significados. Estes significados podem ser plurais e até contraditórios ou opostos e conflituosos, os quais, segundo Freeman Tilden (1977:23) devem comunicar-

⁶⁵ Pérez, 2009:227, citando Jordi Padró (1996).

⁶⁶ Pérez, 2009:224.

se na sua complexidade.”⁶⁷ O objectivo central de uma interpretação bem realizada é obter a pluralidade e complexidade de cada tema, sítio ou objecto.

Segundo Pérez (2009) existem três maneiras de usar o método da interpretação: a) Património cultural como mercadoria, o que conduz à popularização e massificação; b) Património cultural como ferramenta educativa para um determinado grupo; c) conjugar ambos os procedimentos, de modo a trazer vantagens económicas, mas também sociais e educativas, criando uma ligação entre passado e futuro.

Entre as técnicas de utilização deste método contam-se: as exposições permanentes e temporárias; as maquetas e reproduções; as montagens audiovisuais e diagramas, as experiências interactivas; as performances, “living history” (recreações e representações da história) e representações teatrais; as festas e eventos; a sinalização e painéis informativos; a arte na paisagem; as visitas guiadas e itinerários temáticos; os *ateliers* e actividades didácticas; e, por fim, os desdobráveis, edições e materiais informativos.⁶⁸

Os itinerários ou roteiros culturais como técnica do método de interpretação do património industrial foram desenvolvidos entre 1980 e 1990 pelo Conselho da Europa e pela UNESCO. Um dos primeiros itinerários europeus foi o Caminho de Santiago de Compostela. Por definição é “ [...] um circuito marcado por sítios e etapas relacionados com um tema”, que deverá ser representativo de uma identidade regional própria, para favorecer um sentimento de pertença, de reconhecimento ancorado na memória colectiva. O conjunto organizado formado pelos sítios e etapas tem um valor emblemático e simbólico para a população local e para o conjunto de pessoas externas, denominadas de visitantes. O tema designado dá-se a conhecer à volta de diferentes valores culturais: o vínculo histórico, o vínculo etnográfico, o vínculo social, uma corrente artística, uma identidade geográfica, uma identidade arquitectónica, as actividades tradicionais, as actividades artísticas, as produções artísticas.”⁶⁹ Podem também ser considerados percursos organizados onde se

⁶⁷ Pérez, 2009:228.

⁶⁸ Pérez, 2009:230.

⁶⁹ Pérez, 2009:233.

apresentam uma série de atracções através das quais se procura realizar uma leitura sociocultural do sítio.

Um património cultural localizado “é um museu detido na sua localidade que realiza um processo de localização, sem reflectir sobre a articulação entre o local e o global.” (Peréz, 2009:171)

A Carta Internacional do Turismo Cultural, produzida pela ICOMOS em 1976, define a noção de património cultural e natural⁷⁰. Segundo este documento, a gestão do património deve ser feita dentro do enquadramento das normas internacionais reconhecidas e a sua aplicação deve ser da responsabilidade da “comunidade, ou do grupo de custódia, particular” (ICOMOS, 1999:2). O turismo pode, e deve, surgir como uma mais-valia para o património, ajudando à sua conservação e valorização enquanto objecto patrimonial. Assim, um objectivo da gestão do património será “a comunicação do seu significado e a necessidade da sua conservação para a sua comunidade residente e para os visitantes” (ICOMOS, 1999:2).

É aqui importante referir os seis princípios básicos que constam da Carta Internacional do Turismo Cultural:

1. A conservação do património deve proporcionar ao visitante a compreensão do património e cultura de uma comunidade, proporcionando ao mesmo tempo oportunidades aos habitantes – o património deve ser apreciado e os programas que o englobem devem ser acessíveis, estimulantes e contemporâneos;
2. A relação entre sítio e turismo deve ser gerida de forma sustentável – as políticas que a gerem devem ter em vista uma conservação a longo prazo, mantendo a autenticidade do sítio e a sua estética;
3. A experiência do visitante deve ser satisfatória e agradável – a informação deve ser de qualidade e deve ajudar o visitante a compreender o sítio. O visitante deve poder circular a pé, devendo estar alertado também para o comportamento que deve ter;

⁷⁰ “Património é um conceito amplo e inclui tanto o ambiente natural como o ambiente cultural. Abrange paisagens, locais históricos, sítios e ambientes construídos, bem como a biodiversidade, colecções, práticas culturais passadas e continuadas, conhecimentos e experiências vividas.” ICOMOS, 1999:2.

4. As comunidades devem ser envolvidas no planeamento das actividades;
5. As actividades do turismo e da conservação devem beneficiar a comunidade residente;
6. As características dos sítios devem ser protegidas e valorizadas pelos programas que os promovem.

A par da Carta Internacional do Turismo Cultural foram surgindo medidas que têm vindo a apoiar o crescimento do Turismo como motor cultural. É, no entanto, com o Tratado de Maastricht em 1991 que se define a importância do turismo cultural para o crescimento do turismo a nível global e acentua-se a preocupação europeia com este tema. Esta é particularmente visível no documento do Comité Económico e Social Europeu, de Março de 2006, onde uma das propostas é a formação de uma agência europeia do turismo⁷¹.

Nas Estatísticas do turismo de 2012, o INE apresenta algumas conclusões que nos ajudam a perceber o panorama do turismo em Portugal. Assim, as receitas turísticas globais mantêm crescimento, sendo que cerca de 4,0 milhões de residentes em Portugal realizaram pelo menos uma deslocação turística, com uma ou mais dormidas fora do seu ambiente habitual (mais 0,9% que em 2011). Para destinos em Portugal deslocaram-se 34,9% dos residentes em 2012, enquanto para destinos no exterior deslocaram-se 8,1% do total dos residentes.

Também ao consultarmos o Plano Estratégico Nacional do Turismo, Horizonte 2013-2015, conseguimos identificar o perfil do turista português, bem como definir um conjunto de medidas e propostas nucleares para a evolução deste sector. No que respeita à procura por parte do consumidor/turista, e provavelmente como consequência da conjuntura económica do país, destaca-se, por um lado, a “prioridade para o consumo no perímetro casa, família, estabilidade e ambiente” (Turismo de Portugal, 2013:4). Por outro lado, refere-se que o turismo também está a ser transformado pela revolução das tecnologias de informação e comunicação - fenómenos como as redes sociais ou a proliferação de aplicações móveis, transformam

⁷¹ Comité Económico e Social Europeu, 2006:7.

a actividade turística, no que diz respeito ao relacionamento entre os vários atores. Na realidade, quem não acompanha esta mudança, corre o risco de não se fazer notar no mercado.

O turismo deve ter como base um desenvolvimento sustentável e deve surgir como motor de conteúdos autênticos e experiências genuínas. O clima e a luz, a história, a cultura e a tradição, bem como a hospitalidade e a diversidade, são valores essenciais para afirmar Portugal como destino turístico. Neste sentido, a nova estratégia para o turismo procura a sustentabilidade dos destinos: fomentando o empreendedorismo e apostando num modelo de gestão da sazonalidade; valorizando a autenticidade, conservação e valorização do património, com intervenção em áreas públicas e exteriores, bem como racionalizando os recursos naturais e o património natural (paisagens naturais e culturais), mas principalmente reforçando a relação entre o turista e o espaço, a região e as comunidades envolventes. Outra das estratégias delineadas neste Plano Estratégico Nacional de Turismo visa a estruturação de “rotas e itinerários experienciais baseados em temas âncora da identidade portuguesa e dos factores distintivos (naturais e culturais) que caracterizam o país” (Turismo de Portugal, 2013:63).

CAPÍTULO 4

PARA A CRIAÇÃO DE UM ITINERÁRIO TURÍSTICO-CULTURAL NA GRAÇA

4.1. Considerações gerais

Com a proposta de criação de um itinerário turístico-cultural em torno dos pátios e vilas operárias⁷² tentaremos chamar a atenção para este valioso património arquitectónico e na sua apresentação destacaremos, sempre que possível, as memórias a ele associadas. De um modo geral, a análise da história de cada pátio ou vila permitirá trazer a público a possibilidade de conhecer com maior precisão este património edificado existente e que tantas vezes passa despercebido na cidade de Lisboa. Para além de sublinhar a importância da preservação dos pátios e vilas, a criação deste itinerário visa também promover a criação de circuitos turístico-culturais em torno do património industrial.

No itinerário que iremos apresentar, o público poderá encontrar uma mostra de pátios e vilas operárias consideradas lugares de recordação e memórias, que poderão atrair os visitantes pelo seu valor histórico, dando destaque a diversos elementos arquitectónicos, imagens e símbolos neles existentes.

Para a criação deste itinerário tomámos como princípio a apresentação de informação relevante para a experiência do visitante.

4.2. Meios de Divulgação

Consideramos que a divulgação da informação através de plataformas informáticas (blogs, sites, redes sociais) é uma forma excelente de chegar a variados públicos, passar a informação e levar as pessoas, de forma autónoma, a (re) conhecer o património existente. A forma que propomos para a concretização do itinerário turístico-cultural na Graça é a utilização do Geocaching por parte dos organismos da CML, como principal motor de divulgação e participação.

⁷² Para a elaboração do itinerário proposto usaremos um conjunto de elementos base segundo a leitura do texto de Pérez (2009). Ver Anexo V.

A escolha do Geocaching prende-se com duas razões: a primeira é o facto de esta actividade permitir descobrir pontos de interesse de forma autónoma com recurso às novas tecnologias, obtendo ainda assim informação relevante acerca dos pontos visitados. A segunda razão baseia-se no estudo realizado, em que verificámos que cada vez mais as Câmaras Municipais se interessam por esta actividade, existindo exemplos interessantes de como uma parceria entre o Geocaching e uma Câmara ou Junta de Freguesia pode, de facto, funcionar. A estas duas razões acresce ainda o facto de que ao realizarmos uma pesquisa no site <http://www.geocaching.com> constatarmos que o bairro da Graça é já um território de eleição para a realização desta actividade por parte dos utilizadores e criadores de Caches.

Mas então em que consiste o Geocaching? Esta actividade consiste num jogo em que “caches”⁷³ são escondidos em variados locais, e em que o jogador tem de encontrar a sua localização através de um aparelho de GPS. Através do site <http://www.geocaching.com>, o “jogador” pode encontrar uma cache na localidade em que se encontra, ou realizar uma procura por zona ou tema que gostaria de explorar. Neste site, as caches estão identificadas com “Nome” e com as coordenadas da localização da cache, bem como com a informação que o criador da cache queira incluir (descrição da zona, do tipo de cache, terreno, etc.). Por existirem vários tipos de caches (desde o tradicional ao puzzle⁷⁴), o formato sugerido para o desenvolvimento do nosso itinerário é o multi-cache, pois permite a passagem por variadas localizações. Os materiais necessários para a prática desta actividade são um mapa e um GPS, que poderiam ser requisitados (ou alugados) nos postos turísticos ou em locais designados pela CML.

Na realidade, já algumas Câmaras Municipais e outras entidades públicas, percebendo as potencialidades na utilização do geocaching como motor de promoção cultural, começaram a aderir a esta actividade. É o exemplo de Bourg d'Oisans, em França. O posto de Turismo desta localidade apostou na criação de itinerários geocaching. Ali, os participantes escolhem entre dois itinerários (um pequeno de uma hora e meia, e

⁷³ Cache Regulares (nas caches regulares normalmente existe um livro de registo (logbook), e algumas lembranças deixadas/trocadas pelos participantes); Micro Caches; Caches Virtuais; Multi-Caches

⁷⁴ Definições dos vários tipos de caches disponível em http://www.geocaching.com/about/cache_types.aspx.

outro maior de três horas e meia), alugam o GPS (por 5 euros) e recebem um folheto com informações sobre a área, a flora, a fauna, bem como a história de Bourg d'Oisans. Com todas as informações necessárias, os visitantes têm como objectivo descobrir os “tesouros” e resolver enigmas apresentados pelo escritório de turismo.⁷⁵ Em outros países, como Canadá e EUA, existem também registos do uso desta actividade por organismos públicos para revelar o património natural ou edificado das suas cidades.

Na nossa opinião, tanto as Câmaras Municipais, como as Juntas de Freguesia e também Museus, entre outros, deveriam estar abertos a este tipo de parceria, pois é uma maneira prática e educativa de divulgar o património, atraindo também diferentes públicos ao património que se quer divulgar e preservar.

Em Portugal também encontramos bons exemplos de como uma parceria entre o Geocaching e as entidades oficiais podem funcionar. Um dos melhores exemplos é o da Câmara Municipal de Águeda, destacada no boletim da “Rede Portuguesa das Cidades Educadoras”, no âmbito do Geocaching. Em 2008, o Município de Águeda criou um projecto de Geocaching no Município, mais propriamente no Parque Municipal Alta Vila. Como podemos ler no site desta Câmara Municipal: “O Geocaching tem como objectivo desenvolver o Turismo em Águeda através da promoção do património histórico, cultural e natural, do desenvolvimento dos percursos e trilhos turísticos, da organização de acções de limpeza ambiental em locais específicos”⁷⁶. Ao mesmo tempo que participantes de todo o país aderem a esta iniciativa, a Câmara Municipal de Águeda criou um Campo de Iniciação ao Geocaching (no Parque Municipal Alta Vila), para todos os interessados nesta actividade. Desta forma, de uma maneira interactiva e lúdica, introduz-se o Geocaching como actividade de promoção turística e pedagógica. Durante cerca de um ano, o Município de Águeda promoveu vários eventos pedagógicos no Campo de Iniciação ao Geocaching⁷⁷.

⁷⁵ <http://www.leprogres.fr/loisirs/2011/03/09/une-chasse-au-tresor-high-tech> , consultado a 01 de Agosto de 2013.

⁷⁶ <http://www.cm-agueda.pt/> , consultado em 31 de Julho de 2013.

⁷⁷ Salienta-se a Semana do Ambiente (2 a 9 de Junho de 2009), as Férias da Páscoa e de Natal promovidas pela Biblioteca Municipal (Março e Abril de 2009 e 29 de Dezembro de 2008, respectivamente) e as Jornadas Europeias do Património (27 de Setembro de 2008).

A Câmara Municipal de Seia, por sua vez, promoveu em Novembro de 2012, em conjunto com “As Aldeias de Montanha”, um evento de Geocaching no território da Serra da Estrela, divulgando o património das Aldeias de Montanha, dando a conhecer a paisagem cultural, e desenvolvendo também vários eventos em torno deste património⁷⁸.

Embora o impacto económico desta actividade não seja ainda muito visível, o facto é que alguns *caches* se encontram em locais cuja entrada é paga, outros em torno de percursos pedestres, como é o caso das Rotas do Vinho, o que implica portagens e paragens em cafés, por exemplo⁷⁹. E a verdade é que presentemente, com o actual panorama económico, muitos portugueses optam cada vez mais por estas actividades de baixo custo. Assim, acreditamos que a aposta nesta actividade por parte das Câmaras Municipais, que também se prende com a ideia de “Vá para fora cá dentro”, vai ao encontro das expectativas dos portugueses em termos de novas práticas turísticas a explorar no futuro. Também por parte de Agências de Viagem começam a aparecer ofertas de prática de Geocaching em vários sítios do mundo, confirmando a tendência da utilização desta actividade como prática de turismo. Como refere Gomes (2012: 5), os guias e roteiros são construídos de um ponto de vista que ensina a “ver e como ver”. Com o uso do Geocaching, cria-se a oportunidade de descoberta, do “acaso” na passagem de um ponto de interesse ao outro, sem a criação de imaginários ou ocultação de realidades.

4.3. O itinerário turístico-cultural na Graça

Neste itinerário⁸⁰, ao mesmo tempo que daremos a conhecer o património constituído pelos pátios e vilas do Bairro da Graça (Vila Sousa, Pátio do Barbosa, Vila Berta, Vila Rodrigues e Bairro Estrela d’Ouro) faremos paragem em alguns pontos de interesse, desde o Convento à Capela de Nossa Senhora do Monte, passando pelos tão conhecidos miradouros Sophia de Mello Breyner e Senhora do Monte, parando pelo

⁷⁸ Para mais informação, consultar <http://www.cm-seia.pt/index.php/cultura/item/202-geocaching-nas-aldeias-de-montanha>.

⁷⁹ Para um melhor estudo do impacto económico desta actividade a análise de actividades como o Geocamping, que envolvem mais participantes, poderá ajudar a compreender os efeitos do geocaching em determinadas localidades.

⁸⁰ Ver anexo VI.

caminho no Jardim Augusto Gil. Destacaremos os elementos edificados que toponimicamente se designam por pátios e vilas operárias, não só pelo seu valor patrimonial, mas também pela relevante dimensão social que tais espaços assumiram na vida de sucessivas gerações que ali habitaram.

Estes pontos ajudam a compreender a história deste território, ao mesmo tempo que nos levam a admirar e desfrutar das paisagens maravilhosas da cidade de Lisboa.

O percurso tem a duração média de 2 horas.

CONVENTO DA GRAÇA⁸¹

Localização: Largo da Graça

Coordenadas GPS: 38.716605,-9.131291

Classificação: Monumento Nacional

Características: A sacristia é caracterizada por um átrio decorado com azulejos e uma imponente portada barroca. Destaca-se também o frontão onde figuram anjos a sustentar o escudo de armas de D. Mendo de Fóios. Este espaço possui dois monumentais espaldares de mármore. Num deles, encontra-se o túmulo de D. Mendo de Fóios. As capelas intermédias possuem altares de entalhe rococó de colunas coríntias e integram uma série de esculturas setecentistas.

Curiosidades: Este Convento, cuja construção se inicia em 1271, foi fundado na época da Reconquista Cristã para os Frades eremitas calçados de S. Agostinho (por patrocínio de D. Afonso III). Ao longo dos séculos foi sofrendo várias reconstruções, sendo que após o terramoto de 1755 os arquitectos Caetano Tomás de Sousa e Manuel Caetano de Sousa lhe atribuíram o carácter tardo-barroco que actualmente apresenta. O interior destaca-se pela sobriedade atribuída pela talha dourada, azulejos e pintura do tecto. É, em 1350, por indicação do Frei Francisco do Monte Rubian, e com autorização de Roma, que o Convento de Santo Agostinho de Lisboa é reconhecido a Nossa Senhora da Graça. Conta a lenda que, em 1362, a imagem de Nossa Senhora da Graça apareceu nas redes dos pescadores de Cascais, tendo sido entregue de seguida no

⁸¹ Ver Anexo VII.

Convento. A imagem teria anunciado a vitória dos exércitos de D. João I na Batalha de Aljubarrota, indo em procissão todos os anos à Igreja. É em 1472 que se institui a capela no Convento por Rui Gomes de Alvarenga e D. Melícia de Melo, que instituem também uma capela, em 1506, na Igreja do Convento da Graça. Entre 1556 e 1565 a Igreja é reedificada com três naves, por iniciativa de Vigário Frei Luís de Montoya, da qual hoje resta apenas o actual baptistério. Em 18 de Maio de 1566 são sepultados os restos mortais de Afonso de Albuquerque na capela-mor.

MIRADOURO SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN (antigo miradouro da Graça)⁸²

Localização: Em frente à Igreja da Graça

Coordenadas GPS: 38.716314,-9.13149

Características: Possui um quiosque com esplanada

Curiosidades: Embora seja conhecido como Miradouro da Graça, o nome oficial deste Miradouro é Miradouro Sophia de Mello Breyner Andresen, a poetisa portuguesa que faleceu em 2004 e que muito tempo passou neste local a admirar a cidade. Aqui pode ler-se um dos seus poemas, bem como admirar-se a estátua do seu busto. Neste Miradouro podemos admirar uma fantástica vista desde o Castelo de S. Jorge até ao Rio Tejo.

JARDIM AUGUSTO GIL⁸³

Localização: Largo da Graça junto à porta sul da Igreja da Graça e Miradouro Sophia de Mello Breyner.

Coordenadas GPS: 38.716023,-9.130988

Características: Embora de pequenas dimensões, as árvores, canteiros de flores e a relva tornam este jardim um agradável espaço. Possui uma estátua de bronze com uma figura alada e uma criança, intitulada "Mãe e Filho", que evoca a relação

⁸² Ver Anexo VIII.

⁸³ Ver Anexo IX.

maternal. Possui ainda um lago central, uma escadaria e alguns bancos que apelam ao descanso.

Curiosidades: O nome do Jardim é em honra de Augusto César Ferreira Gil, nascido em Lordelo do Ouro em 1873. O poeta viveu desde os três anos de idade na cidade da Guarda onde acabou por falecer, em 1929. Durante a sua vida académica na Universidade de Coimbra privou de perto com Alexandre Braga, Fausto Guedes, Teixeira de Pascoais, tendo sido inspirado pela poesia lírica de João de Deus. A sua vasta obra é ainda hoje adaptada e cantada em muitos fados.

PÁTIO BARBOSA (também conhecido como Ilha das Cobras)⁸⁴

Localização: Calçada da Graça e Travessa das Mónicas

Coordenadas GPS: 38.715739,-9.13105

Classificação: Não aplicável

Ano de construção: Século XVII

Características: Não aplicável

Curiosidades: Este pátio situa-se no antigo edifício que foi o Palácio dos Senhores da Trofa (Carvalhos e Lemos), imóvel do século XVII de fachada seiscentista. Mais tarde ficando em posse de Francisco Barbosa, por herança, este é um dos poucos edifícios que não ruíram com o Terramoto de 1775. O edifício estende-se ao longo de três blocos entre a Calçada da Graça e a Travessa das Mónicas, formando o pátio. O portal de entrada conflui num corredor sob o Palácio, sustentado por um arco de volta perfeita.

VILA SOUSA⁸⁵

Localização: Largo da Graça

Coordenadas GPS: 38.715973,-9.130623

⁸⁴ Ver Anexo X.

⁸⁵ Ver Anexo XI.

Classificação: Não aplicável

Ano de construção: 1889-1890

Características: A planta rectangular é constituída por um pátio quadrangular central e encontra-se organizada em duas áreas distintas: uma para os proprietários e seus familiares e outra para os trabalhadores e respectivas famílias, na parte das traseiras. O acesso de entrada, que se faz por um corredor encoberto por tectos em estuque e ferro e ladeado por portas e janelas, leva-nos até ao pátio, onde encontramos um candeeiro. Aquela seria em tempos a entrada da serventia.

No seu interior, o largo é rodeado por casas contíguas de dois e quatro pisos. A alçada principal encontra-se totalmente revestida por azulejo industrial de cor verde. O primeiro andar deste edifício encontra-se organizado à maneira de "andar nobre palaciano", pois todo ele abre para varandas.

Curiosidades: Esta vila foi construída sob as ruínas do antigo Palácio de Vale de Reis, que depois do incêndio de 1819 foi transformado na Vila Tomás e Costa, e mais tarde em Vila Sousa, por compra de João Luís Sousa & Filho. O acesso principal exhibe a inscrição 'Villa Sousa', a data de inauguração '1890', bem como o nome do proprietário. O pátio existente foi palco de vacarias mas também de casa de nobres e, já no século XX, duma oficina, padaria, mercearia das velas e ainda botequim de Natália Correia.

EDÍFICIO SEDE A VOZ DO OPERÁRIO⁸⁶

Localização: Rua Voz do Operário, Travessa de São Vicente, Graça

Coordenadas GPS: 38.715657,-9.129143

Classificação: Monumento de interesse público

Ano de construção: 1912

Características: Edifício da autoria do arquitecto Norte Júnior (também responsável pelo Bairro Estrela d'Ouro) caracteriza-se pelo seu carácter monumental e funcionalidade do espaço, com início da construção em 1912. A cerimónia de

⁸⁶ Ver Anexo XII.

lançamento da primeira pedra foi presidida pelo então Presidente da República, Manuel de Arriaga. Tendo as obras sido demoradas, a inauguração só ocorreu em 1923. Alguns consideram que possui uma arquitectura ecléctica, outros consideram-no um modelo neobarroco. No exterior destacam-se os grandes pilares centrais e o frontão com a inscrição do nome da Sociedade. No interior destacam-se o salão e a escadaria.

Curiosidades: Este edifício foi construído para servir de sede à Sociedade Cooperativa "A Voz do Operário". Esta sociedade, fundada em 1883, nasceu na altura da ascensão do movimento operário, em que a luta contra a Monarquia, juntamente com o apoio das classes trabalhadoras, fizeram com que republicanos e socialistas tivessem sucesso na mobilização para mudar e transformar o panorama do país. Sendo a indústria tabaqueira uma das indústrias com maior importância na economia do país (por volta do terceiro quartel do século XIX), empregando perto de cinco mil operários, a crise de 1879 vem deixar a maioria destes trabalhadores em condições ainda mais difíceis daquelas em que já se encontravam. Esta situação vai originar uma série de greves e manifestações, e a falta de divulgação da perspectiva dos trabalhadores, por parte da comunicação social, vai ser uma das razões para a criação do jornal "A Voz do Operário", por proposta do operário tabaqueiro Custódio Gomes. É assim que a 11 de Outubro de 1879 nasce o jornal, através da acção de outro operário, Custódio Braz Pacheco, com sede no Beco do Froes. É a necessidade de financiamento para a publicação que leva à criação da Sociedade Cooperativa (1883), cujos objectivos passavam também pela melhoria das condições de trabalho e criação de condições que possibilitassem a instrução e bem-estar da classe trabalhadora. Por volta de 1887, mudando de instalações para a Calçada de São Vicente, a Sociedade depara-se com o facto de muitos dos sócios não serem operários tabaqueiros, o que levou à revisão dos estatutos. Em 1889 a Sociedade Cooperativa converte-se em Sociedade de Instrução e Beneficência "A Voz do Operário". E é em 1912 que se inicia a construção da actual sede, na Rua Voz do Operário, à Graça, em Lisboa. Durante a I República a vertente educacional da Sociedade destaca-se e o seu património aumenta, o que lhe permitiu sobreviver durante o Estado Novo (embora não deixe de sofrer com a censura).

VILA BERTA⁸⁷

Localização: Rua da Vila Berta à Graça, nº 3 a 13 e nº 2 a 16, com acesso pela Rua do Sol à Graça, nº 55 a 50, pelo Beco do Forno do Sol e pela Travessa do Pereira, entre os nº 26 e 30

Coordenadas GPS: 38.717888,-9.129023

Classificação: Imóvel de Interesse Público

Ano de construção: 1902

Características: Vila em duas bandas. Um dos lados é caracterizado por edifícios de dois pisos. Do outro lado, os edifícios, de três pisos, destacam-se pelas zonas ajardinadas no 1º nível e pelas varandas de ferro ao 2º nível, considerados por isso a zona mais nobre.

Curiosidades: Esta vila foi projectada e construída pelo brasileiro Joaquim Francisco Tojal. A construção desta vila, ao contrário de outras, destinou-se a albergar a pequena burguesia, em vez de operários. Ainda assim, e embora não se insira no protótipo da habitação social para os operários, o facto de se encontrar localizada numa rua interna, bem como o uso de determinados materiais de construção (como é o caso do ferro e dos azulejos de estampilha) aproxima-a do domínio do património industrial. Em comparação com outras vilas, a qualidade de construção é bastante superior, tanto a nível dos materiais utilizados como a nível do projecto arquitectónico. O nome da Vila refere-se à única filha mulher de Joaquim Francisco Tojal. As flores que enfeitam as janelas dão um cunho popular e bairrista a esta vila, que luminosa e em espaço aberto cria uma sensação de liberdade. Já Alice Vieira descrevia esta vila como um cenário de filme: “Parece que estamos diante do cenário de um filme, onde só faltam os actores. É um conjunto harmonioso de prédios todos ligados entre si, com escadinhas que de cada porta comunicam com a rua principal, e varandas de ferro verde no primeiro andar, estas servindo de alpendre ao rés-do-chão. Trepadeiras e plantas aumentam o verde daquele cenário ímpar, onde até os nossos passos fazem eco, de tal maneira o silêncio ali habita”⁸⁸.

⁸⁷ Ver Anexo XIII.

⁸⁸ Vieira, 1997:118.

Nos últimos anos as festas populares têm vindo a ter lugar na vila, avivando a memória de alguns populares que ainda recordam as antigas festas, com carros de bois decorados e o altar a Santo António. Assim, e repetindo a tradição, a vila recebe anualmente o povo no Arraial da Vila Berta, onde reina o bailarico, a sardinha e os manjericos.

VILA RODRIGUES⁸⁹

Localização: Rua da Senhora da Glória, 142

Coordenadas GPS: 38.720799,-9.127845

Classificação: Não aplicável

Ano de construção: Não aplicável

Características: Não aplicável

Curiosidades: Esta vila é constituída por casas de dois e três pisos que se encontram interligados por uma série de escadas e galerias. Destaca-se pela espectacularidade das escadas e galerias de ferro, ostentadas por modernas tecnologias de construção. Inclui um amplo pátio que convida à vida comunitária.

BAIRRO ESTRELA D' OURO (inclui o antigo Royal Cine)⁹⁰

Localização: Rua Virgínia, Rua Rosalina, Rua Josefa Maria, Rua Serra Vidal, Rua Josefa Maria, Rua Virgínia, Rua da Graça e Rua da Senhora do Monte

Coordenadas GPS: 38.720445,-9.13068 (habitações); 38.719566,-9.1298 (Cine Royal)

Classificação: Conjunto de Interesse Público e Imóvel em Vias de Classificação

Ano de construção: 1908

Características: Unidade de habitação horizontal, formada por pequenas unidades de habitação, em forma de U, projectada pelo Arquitecto Norte Júnior.

⁸⁹ Ver Anexo XIV.

⁹⁰ Ver anexo XV.

Curiosidades: Construído pelo industrial de confeitaria Agapito Serra Fernandes⁹¹, de origem galega, este bairro é composto por 120 fogos distribuídos por vários arruamentos, cujos nomes remetem para familiares do seu promotor. Foi construído em duas fases. Na 1ª fase foram construídas as casas destinadas à habitação do proprietário, com uma concepção cuidada e melhores condições habitacionais. Estava incluída a Vivenda Rosalina (1907), palacete incluído num complexo composto por capela privada, lago, cascata e jardim, separado do restante bairro. Na 2ª fase foram construídos os alojamentos destinados aos trabalhadores, constituídos por edifícios de dois e três pisos, com acesso através de escadas e galerias exteriores, e que seriam arrendados. A estrela, símbolo republicano e maçónico, é a razão do nome, sendo motivo constante na decoração do bairro, desde as pedras da calçada, ao ferro forjado dos candeeiros e das galerias, passando pelos painéis de azulejos.

O antigo Royal Cine, construído em 1929 na rua da Graça, fazia parte do empreendimento e destinava-se sobretudo a quem vivia no bairro. O cinema ficou famoso por nele ter sido apresentado, no dia 5 de Abril de 1930, o primeiro filme sonoro visto em Portugal⁹². Hoje encontra-se transformado em supermercado, guardando dos tempos antigos a fachada, o nome e o relógio.

MIRADOURO DA SENHORA DO MONTE⁹³

Localização: Situado em frente à Capela de Nossa Senhora do Monte

Coordenadas GPS: 38.719018,-9.132611

Características: Possui vários bancos e um painel de azulejos que ilustra os vários monumentos que se avistam do Miradouro.

Curiosidades: Sendo um dos maiores Miradouros em Lisboa, tem vista para o Rio Tejo, para o Castelo de São Jorge, Baixa e Bairro Alto e também para a serra de Monsanto e para o vale urbano, onde se avista a Avenida Almirante Reis.

⁹¹ Agapito Serra Fernandes era também proprietário da pastelaria Estrela d' Ouro, na Baixa Lisboaeta.

⁹² Com o título "Sombras Brancas nos mares do Sul", a estreia contou com a presença do Presidente da República.

⁹³ Anexo XVI.

CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE⁹⁴

Localização: Largo do Monte

Coordenadas GPS: 38.719206,-9.132719

Classificação: Imóvel de Interesse Público

Características: De fachada simples e nave barroca, destaca-se a cadeira marmórea do bispo-mártir São Gens, o retábulo barroco de estilo joanino, o ciclo de azulejos rococó com cenas da vida da Virgem Maria, um Cristo em marfim indo-português e três boas tábuas de pintura de oficina renascentista lisboeta (Anunciação, Natividade e Circuncisão).

Curiosidades: A Ermida original foi erguida em 1147 no Monte de São Gens e dedicada a São Gens de Lisboa (bispo da cidade antes da Reconquista). No entanto, a actual Ermida foi construída em 1796 (obra do arquitecto Honorato José Teixeira), após o Terramoto, num local um pouco mais acima. No interior podemos encontrar a cadeira de São Gens, originalmente colocada na primeira Ermida pelos frades Agostinhos da Graça. Julga-se que esta cadeira (de pedra) pertenceu a São Gens e originou a lenda segundo a qual as mulheres grávidas que lá se sentassem veriam os partos decorrerem sem complicações. Maria Ana de Áustria, esposa de D. João V, foi lá sentar-se quando estava grávida do herdeiro do trono.

⁹⁴ Anexo XVII.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a industrialização em Portugal, as grandes cidades do País foram alvo de grandes mudanças, não só pelos novos espaços industriais criados, que apareceram sem planeamento, mas também pelos novos meios de habitação que surgiram para suportar a vaga migratória para as cidades. Os trabalhadores das áreas rurais que afluíram aos grandes centros industriais, em busca de uma nova vida, deparam-se com a inexistência de alojamento ou com alojamentos de paupérrima qualidade. Este momento da história tornou-se determinante para a estrutura das cidades portuguesas de hoje. Em Lisboa, este cenário reflectiu-se num desenvolvimento urbano sem planeamento e no aparecimento de novos tipos de habitação com elementos arquitectónicos particulares – os pátios e as vilas – que consequentemente levaram a novas vivências e que marcaram a história da cidade para sempre.

À medida que a indústria decaí, permanecem os seus vestígios arquitectónicos. Muitos foram os progressos na área do património industrial, desde o princípio da arqueologia industrial (iniciada por Francisco Sousa Viterbo em 1896, área que se veio a tornar numa disciplina universitária em 1985, por acção de José Amado Mendes) que veio permitir o estudo dos conjuntos de índole industrial – desde a fábrica ao ofício, passando pelos edifícios de habitação operária. Paralelamente, a evolução do planeamento urbano começa, aos poucos, a ter em conta as realidades criadas e deixadas pela indústria, realizando-se investigações científicas em torno do património industrial, enquanto as entidades públicas criam mecanismos de protecção e valorização, impulsionadas pelo trabalho das entidades internacionais.

Com este trabalho chegamos à conclusão de que os vestígios arqueológicos testemunham as mudanças do nosso quotidiano, e que o património industrial e todos os sítios, conjuntos, edifícios e ofícios que dele fazem parte são elementos que nos ajudam a compreender o passado. No fundo, e como escreve Mendes (2012:4) “Independentemente da solução adoptada, os novos museus ou outras instituições, em consequência do aproveitamento de antigas estruturas ligadas à actividade

económica, constituem testemunhos importantes do papel decisivo desempenhado por determinadas actividades nas respectivas zonas ou localidades. Além de poderem contribuir para fomentar o desenvolvimento económico, social e cultural dessas regiões – com destaque para o contributo que podem e devem dar ao turismo cultural –, são ainda factores de identidade das próprias comunidades que, por essa via, se sentem reconhecidas e recordadas, ao mesmo tempo que verificam não ter sido esquecidos a memória e o legado transmitido pelos seus antepassados.”

Deste modo o turismo cultural pode, e na nossa opinião deve, ser pensado como “uma estratégia de regeneração urbana face ao processo de desindustrialização e crise”⁹⁵, sendo assim uma solução económica para as cidades. Não obstante, é preciso ter em conta que muitas vezes os problemas não são solucionados com o desenvolvimento do turismo, mas sim disfarçados ou deslocados como frequentemente acontece, sendo necessária uma especial atenção por parte das entidades públicas e privadas quando se promove uma actividade turística num determinado local. No entanto, muitas vezes, a cultura é resumida a uma gestão económica, confundindo-se com o consumo de bens culturais. É, portanto, necessário um equilíbrio entre a produção cultural privada e a responsabilização dos organismos públicos competentes no âmbito da cultura, a nível local e nacional. Por isso, a criação de um itinerário turístico-cultural que dê a conhecer a arquitectura rica e com tanta história, como é o caso dos pátios e vilas operárias, será não só uma boa ferramenta turística para a cidade de Lisboa como também uma forma de consciencializar para a necessidade da preservação de edifícios de índole industrial. Actualmente, já algumas empresas turísticas têm vindo a desenvolver itinerários em torno desta temática, bem como Juntas de Freguesia e até mesmo o Centro Nacional de Cultura, que divulgam através dos seus websites circuitos temáticos em torno do património industrial. Assim, e após uma breve indagação em torno da promoção dos edifícios industriais e do próprio percurso ou caminho pelos pátios e vilas operárias da Graça, constatámos que há necessidade de precisar melhor quais devem ser as entidades (públicas e privadas) chamadas para a criação dos itinerários turístico- culturais.

⁹⁵ Pérez, 2009:294, citando Smith, 2003.

Por um lado, a criação de um itinerário turístico-cultural em torno dos pátios e vilas da Graça permite ter uma perspectiva diferente daquele território, descortinando aspectos históricos mas também as memórias afetivas, e permitindo conhecer a ligação entre morador e bairro. Descobrir elementos e curiosidades sobre edifícios escondidos na malha urbana, ou que passam despercebidos na rotina do dia-a-dia, levam-nos a olhar a cidade de uma maneira diferente, e a compreender o edificado lisboeta. Por outro lado, os novos meios de divulgação de informação, como é o caso das plataformas informáticas (blogs, sites e redes sociais) e a criação de itinerários geocaching, permitem-nos, de uma forma simples e eficaz, chegar a diferentes públicos. Desta forma, e numa época de crise económica e de grande desalento identitário, o Património Industrial ajudar-nos-á a conhecer e a valorizar a nossa história, ao mesmo tempo que representa uma mais-valia para o presente, podendo trazer benefícios económicos através do turismo cultural.

Por fim, resta referir que o estudo que aqui se apresenta permitiu definir as características históricas, sociais e de gestão municipal que devem ser tidas em conta para o desenvolvimento da actividade turística na Graça. Importa registar que, durante todo o período de construção do itinerário, tentámos compreender a comunidade local e conhecer a percepção e a atitude dos moradores a respeito do turismo no seu “bairro”. A observação da rua e das vivências quotidianas permitiu-nos começar a revelar “o sentido que a interação urbana quotidiana tem para cada cidadão” pois “[...] só ao nível da rua é possível compreender como são vivenciadas essas transformações, como levam ao reequacionar de papéis, ao repensar de representações, à reorganização de redes de sociabilidade e vizinhança, mas também ao modo como estas transformações afetam o lugar e a cidade.” (Gomes 2012:9).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia

- Ashton, T. S. ; A revolução industrial: 1760-1830; 2ª ed. Lisboa: Europa-América, imp. 1971. 211 p.;
- Cabral, Manuel Villaverde; *Situação do operariado nas vésperas da implantação da República*; *Análise Social*, vol. XIII (50), 1977-2.º, 419-448;
- Carvalho, Gonçalo José Veloso Queirós de; A Reciclagem dos Usos Industriais e as Novas Tipologias de Actividades e Espaços de Cultura Caso de estudo: LX Factory; IST, 2009;
- Custódio, Jorge; Folgado, Deolinda; *Caminho do Oriente: guia do património industrial*; Livros Horizonte; 1999;
- Fernandes, José Manuel; *Arquitectura e Indústria em Portugal no Século XX*; SECIL; 2003;
- Folgado, Deolinda; *A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa 1933-1968*; FLUL, 2008;
- Folgado, Deolinda; *Património Industrial. Que memória?*; 8ª Mesa Redonda da Primavera, FLUP, 2004;
- Francisco Santana; Eduardo Sucena *Dicionário da história de Lisboa*; Lisboa: [s.n.], 1994;
- Pires, José Cardoso; *Lisboa: livro de bordo: vozes, olhares, memorações*; Lisboa: Círculo de Leitores, 1998;
- Mendes, José Amado; *A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do património cultural*; Seminário sobre Património e Desenvolvimento Regional; CEFA e Delegação Regional Centro da Secretaria de Estado da Cultura; Coimbra; 1990;
- Mendes, José Amado; *Industrialização e património industrial: desenvolvimento e cultura*; Actas do VIII Curso de Verão da Ericeira, Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, 2006;
- Mendes, José Amado; *O património industrial na museologia contemporânea: o caso português*; Universidade da Beira interior, Ubimuseum 01, 2012;
- Museu da Indústria, Reconversão e Musealização de Espaços Industriais, 2003;

Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene; Prédios e Vilas de Lisboa; Lisboa: Livros Horizonte, 1995;

Pérez, Xerardo Pereiro; Turismo Cultural - uma visão antropológica; Colección Pasos Edita, nº 2, 2009;

Pinto, Sónia Cristina Ildefonso; Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de novos modos de habitar: O Caso da Vila Berta; 2008, Instituto Superior Técnico;

Ramos, Fernando Manuel Amaro Barata, O bairro operário de Portimão, História e Património; Universidade Aberta, 2010;

Salgueiro, Teresa Barata; *Paisagem e Geografia*; Finisterra XXXVI, 72, 2001, pp. 37-53;

Salgueiro, Teresa Barata; *Cidade pós-moderna: Espaço fragmentado*; Revista Território, Ano III, nº 4, 1998, pp. 40-53;

Santos, António Maria A., Para o estudo da arquitectura industrial na região de Lisboa (1846-1918); FCSH-UNL, 1996;

Serrano, Ana Catarina Bispo; Reconversão de espaços industriais: Três projectos de intervenção em Portugal; IST/UTL Outubro, 2010;

Silva, Vasco Emanuel Machado Pinto da; Revolução (Des)Industrial: Museificar, Reutilizar e Converter; Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Agosto de 2009;

Tomás, Ana Leonor; Cidade oculta – a vila operária, Vazios úteis – Seminário estudos urbano, ISCTE, Julho 2007;

Vieira, Alice; Esta Lisboa; Editorial Caminho; 1997;

Publicações periódicas

Alves, Jorge Fernandes; Património industrial, educação e investigação – a propósito da Rota do Património Industrial do Vale do Ave; Revista da Faculdade de Letras, História, Porto III Série, vol.5, 2004, pp. 251-256.

Batalha, Lucília; Auto-segregação sócio-espacial em Lisboa; Estudos Regionais, nº 4, 2003.

Cordeiro, Graça; "Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista e pitoresca", *Sociologia*, 13, pp. 185 – 199, 2003.

Folgado, Deolinda; Lacerda, Manuel; Projecto de levantamento da Arquitectura Industrial Contemporânea em Portugal (1920-1965); Estudos, Património, nº 1, Lisboa: IPPAR, 2001, pp. 185-186;

Gomes, Bruno; Do popular ao lúdico: lugares urbanos em transformação; VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, crise e reconfigurações; Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2012;

Lains, Pedro; O estado e a industrialização em Portugal 1945-1990; *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, pp. 923-958.

Moura Santos, Maria Célia Teixeira, Capítulo IV - Reflexões sobre a nova museologia vol. 18, n. 18 (2002), pp. 93-139;

Pereira, Nuno Teotónio, Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário, *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994, pp. 509-524;

Reis, Jaime; A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913; *Análise Social*, Vol. XXIII (96), 1987, pp. 207-227;

Santos, António Maria A.; Para o estudo da Arquitectura Industrial na região de Lisboa (1846-1918); FCSH-UNL, Novembro de 1996;

Documentos Institucionais

ICOMOS; Carta dos Itinerários Culturais; Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS; 2008;

ICOMOS; Carta internacional do Turismo Cultural; Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial; 1999;

INE; Tipologia sócio-económica da Área Metropolitana de Lisboa; 2001;

INE; Estatísticas do Turismo – 2012- 2013;

IRHU/IGESPAR, Kits património, Kit 03 – Património Industrial, 2010;

Diário da República — I Série-A; Lei 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural;

TICCIH, Carta de Nizhny Tagil sobre o património industrial, Julho 2003;

Turismo de Portugal, Plano Estratégico Nacional do Turismo, Horizonte 2013-2015; 2013;

CML, Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/carta-estrategica>;

CML/DMRU/DRUPV'S; Pátios e Vilas com interesse a preservar e reabilitar, Lisboa, 1992;

CML, Plano Director Municipal, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>;

Comité Económico e Social Europeu; Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Turismo e cultura: duas forças ao serviço do crescimento»; 2006;

Endereços na Internet

<http://barometro.com.pt/archives/403>

<http://www.buildinghistory.org/villages.shtml>

<http://www.cnc.pt/>

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/ciul>

<http://www.fundacaorobinson.pt/default.aspx>

<http://www.jf-alcantara.pt/Default.aspx?Module=ArtigoForm&ID=40>

<http://www.jornalecos.com.pt/home/rota-do-patrimonio-industrial-e-aposta-do-turismo-do-alentejo=6784/>

<http://lisboa.betatechnologies.info/ntp/vilas/4/p-vilas4.htm>

<http://www.moinhosdeportugal.org/ws/>

<http://www.museudacidade.pt/Lisboa/itinerariosculturais/Paginas/Os-registos-de-azulejos.aspx>

<http://natmus.dk/frilandsmuseet/frilandsmuseets-historie/>

<http://www.oje.pt/noticias/nacional/rota-do-patrimonio-industrial-centrada-nos-marmores-do-alentejo-arranca-em-2013>

<http://www.olivacreativefactory.com/>

<http://www.rotanoave.com/Homepage.aspx>

<http://www.ufpa.br/beiradorio/novo/index.php/2009/106-edicao-78--dezembro/973-de-vila-operaria-a-bairro-nobre->

ANEXOS

ANEXO I

Tipologias dos pátios e vilas segundo Nuno Teotónio Pereira (1994)

Prédios e Vilas em correnteza	Surgem com o agravamento da densidade industrial e o consequente constrangimento habitacional.
Vilas formando pátio, num quarteirão	Visam o máximo aproveitamento de área e que levou à construção de habitações agrupadas em volta de um terreno com acesso através de um espaço central. Esta é a forma mais generalizada de vila.
Vilas construídas atrás de prédios	A frente virada para a rua é destinada á pequena burguesia e o interior, onde se situa o pátio ou vila, é destino á família proletária;
Vilas formando ruas	Construídas em zonas de periferia à beira do rio e servidas por caminho-de-ferro.
Vilas de Escala Urbana	Surgiram com a evolução das tipologias e com o sucesso das construções. O volume dos investimentos subiu e consequentemente as vilas atingem uma escala ao nível da cidade, com estruturas maiores e mais complexas.

Fonte: Pereira, Nuno Teotónio, Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário, *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994, pp. 509-524;

ANEXO II

Novo mapa administrativo de Lisboa (lei 56/2012 de 8 de Novembro)

Freguesias actuais que se fundem	total	Freguesias futuras resultado de fusão	total
a) São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém;	2	a) Belém;	1
b) Campo Grande, São João de Brito e Alvalade;	3	b) Alvalade;	1
c) Alto do Pina e São João de Deus;	2	c) Areeiro;	1
d) São Mamede, São José e Coração de Jesus;	3	d) Santo António;	1
e) Mártires, Sacramento, São Nicolau, Madalena, Santa Justa, Sé, Santiago, São Cristóvão e São Lourenço, Castelo, Socorro, São Miguel e Santo Estêvão;	12	e) Santa Maria Maior;	1
f) Lapa, Santos-o-Velho e Prazeres;	3	f) Estrela;	1
g) Santo Condestável e Santa Isabel;	2	g) Campo de Ourique;	1
h) Mercês, Santa Catarina, Encarnação e São Paulo;	4	h) Misericórdia;	1
i) Anjos, Pena e São Jorge de Arroios;	3	i) Arroios;	1
j) São Vicente de Fora, Graça e Santa Engrácia;	3	j) São Vicente;	1
k) São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima;	2	k) Avenidas Novas;	1
l) São João e Penha de França;	2	l) Penha de França;	1
m) Charneca e Ameixoeira.	2	m) Santa Clara.	1
		n) Parque das Nações (parte proveniente de S. M. dos Olivais e parte do concelho de Loures)	1
nº total de freguesias que se fundem	43	nº total de freguesias resultantes de fusão	14

Freguesias actuais que se mantêm com novos limites	total	Freguesias futuras que se mantêm	total
a) Ajuda;	1	a) Ajuda;	1
b) Alcântara;	1	b) Alcântara;	1
c) Benfica;	1	c) Benfica;	1
d) São Domingos de Benfica;	1	d) São Domingos de Benfica;	1
e) Marvila;	1	e) Marvila;	1
f) Beato;	1	f) Beato;	1
g) Lumiar;	1	g) Lumiar;	1
h) Carnide;	1	h) Carnide;	1
i) Santa Maria dos Olivais	1	i) Olivais (com cedência de território a Parque das Nações);	1
j) Campolide.	1	j) Campolide.	1
nº total de freguesias que se mantêm com novos limites	10	nº total de freguesias que se mantêm com novos limites	10

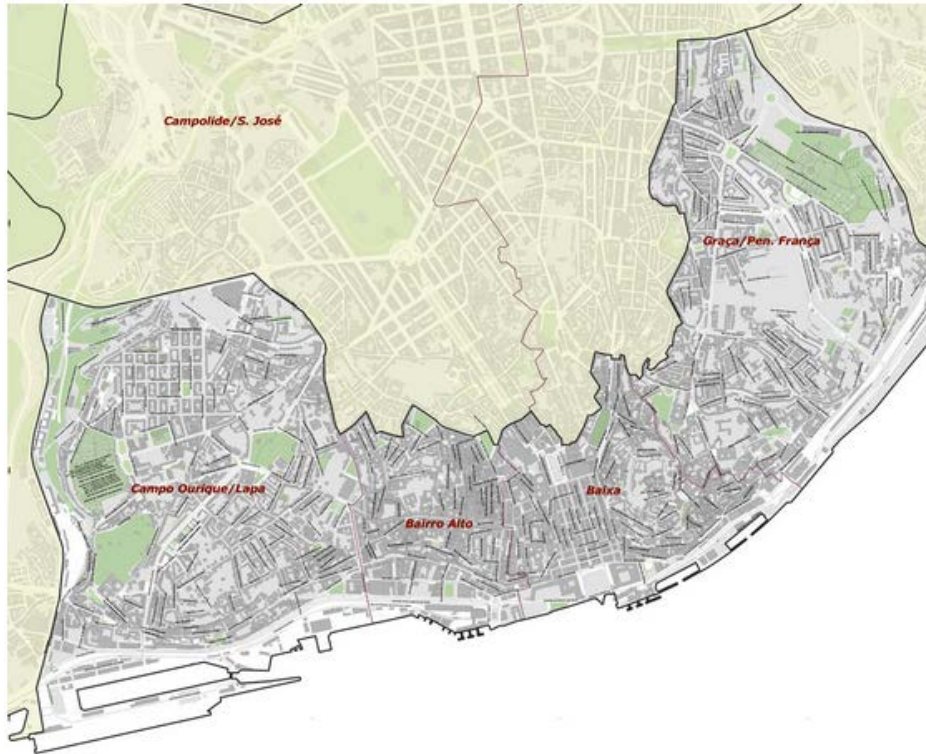
Total de freguesias actuais	53	Total de freguesias futuras	24
------------------------------------	-----------	------------------------------------	-----------

Fonte: <http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/1352713306T0qJC2an4Nt85BS6.pdf>

ANEXO III

Unidades de Intervenção Territorial da CML

Centro Histórico - Campo de Ourique/Lapa, Bairro Alto, Baixa, Graça/Penha de França



Centro - Campolide/S. José, Campo Grande/ Anjos



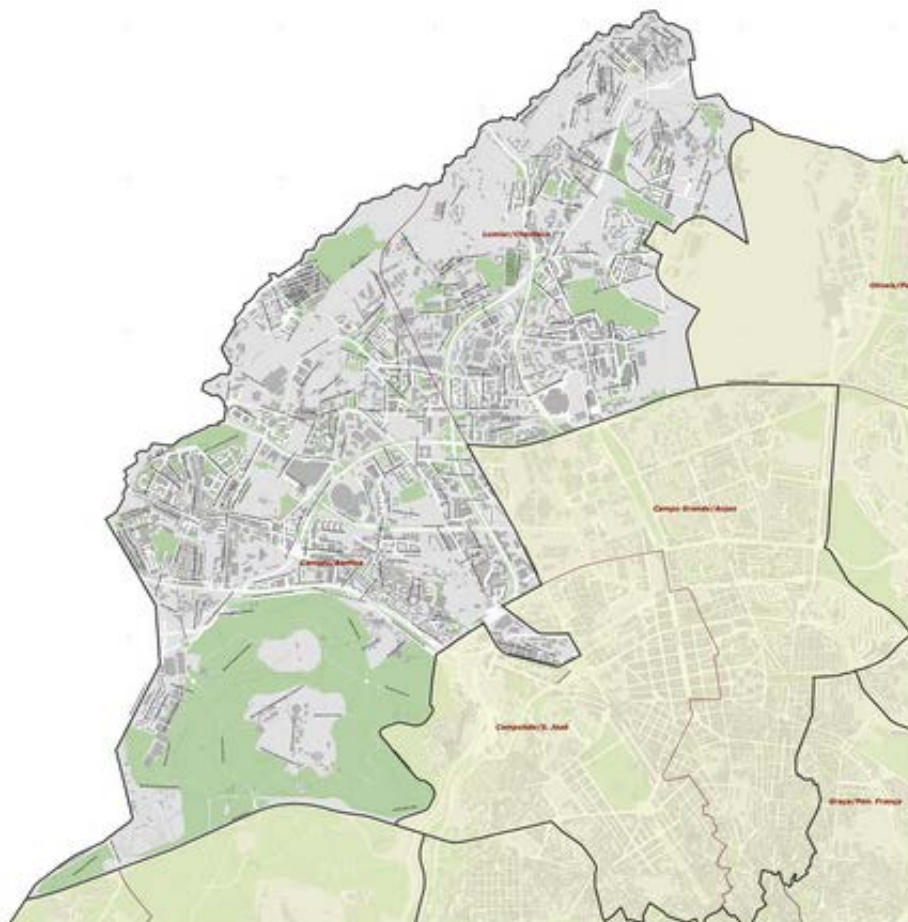
Ocidental - Belém/S. Francisco Xavier, Ajuda/Alcântara



Oriental - Olivais/Parque das Nações, Marvila/Beato



Norte - Carnide/Benfica, Lumiar/Charneca



Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/zonas>

Anexo IV

Pátios e vilas com interesse a preservar e reabilitar – CML/DMRU/DRUPV'S (1992)

CONJUNTOS URBANOS ANTIGOS -PÁTIOS E VILAS- CONSIDERADOS PATRIMÓNIO COM INTERESSE A PRESERVAR E A REABILITAR

1- VILA EMILIA	R. GUALDIM PAIS	104	BEATO
2- PATIO DA AMOROSA	BEÇO DA AMOROSA	8	BEATO
3- VILA MARIA LUISA	CALÇADA DE D. GASTÃO	12	BEATO
4- PATIO DA CONDESSA	R. DE XABREGAS	40	BEATO
5- PATIO DAS COZINHAS	R. DAS COZINHAS	2	CASTELO
6- PATIO DO CERQUEIRA	L. DE STª CRUZ DO CASTELO	7	CASTELO
7- PATIO DA PASCÁCIA	R. DE STª CRUZ DO CASTELO	74	CASTELO
8- VILA ESTRELA DE OURO	R. DA GRAÇA A R. DE N. SRª MONTE		GRAÇA
9- VILA SOUSA	LARGO DA GRAÇA	82	GRAÇA
10- VILA RODRIGUES	R. DA SENHORA DA GLÓRIA	142	GRAÇA
11- PATIO DO BARBOSA	CALÇADA DA GRAÇA	18	GRAÇA
12- VILA BERTA	T. DO PEREIRA E R. SOL A GRAÇA	28-57	GRAÇA
13- PTO COMENDADEIRAS DE SANTOS	CALÇADA DA CRUZ DA FÉDRA	44	S. JOÃO
14- VILA MARQUES	R. BARÃO DE SARDOSA	110-112	S. JOÃO
15- PATIO DA SENHORA DA MURÇA	R. DE S. JOÃO DA PRAÇA	18	S. MIGUEL
16- PATIO DO ALMUTACA	BEÇO DAS CRUZES		S. MIGUEL
17- PATIO DA PARREIRINHA	BEÇO DA CARDOSA		S. MIGUEL
18- PATIO 14	R. DA GALÉ	14	S. MIGUEL
19- PATIO DAS CANAS	BEÇO DAS CANAS		S. MIGUEL
20- PATIO DO CARRASCO	LARGO DO LINOIRO	3	S. TIAGO
21- PATIO DE D. FRADIQUE	BEÇO MALDONADO E T. DO FURIL	40-13	S. TIAGO
22- V. ROCHA(PTO DOS QUINTALINHOS)	R. DAS ESCOLAS GERAIS	3	S. VICENTE DE FORA
23- PATIO DOS SARGENTOS	L. DR. BERNARDINO ANTO GOMES	175	S. VICENTE DE FORA
24- PATIO DO COVA	CALÇADA DO CARDEAL	18	S. VICENTE DE FORA
25- PATIO DOS AMIGOS LEAIS	CALÇADA DE S. VICENTE	85	S. VICENTE DE FORA
26- PATIO DO MANECHAL	TRAVESSA DAS MERCEIRAS	27	S.
27- VILA MACIEIRA	CALÇADA DOS BARBADINHOS	140-A	STª ENGRAÇIA
28- PATIO DAS FLORES	ESCADINHAS DE STª ESTEVAO	Junto ao 12	STª ESTEVAO
29- PATIO DO CARNEIRO	BEÇO DO CARNEIRO	10	STª ESTEVAO
30- VILA CELARINA	R. DA ESCOLA DO EXÉRCITO	32	ANJOS
31- PATIO MARIANA VAPOR	ESCADAS DO MONTE	6	ANJOS
32- PTO DO HOSPICIO S. BERNARDINO	TRAVESSA DE S. BERNARDINO	4	PENA
33- VILA LEONOR	TRAVESSA DE S. BERNARDINO	19	PENA
34- VILA FERREIRA	CALÇADA DO LAVRA	18	PENA
35- VILA COÊS	R. MARQUES DA SILVA	47	PENHA DE FRANÇA
36- VILA CÂNDIDA	R. GENERAL ROÇAS	24	PENHA DE FRANÇA
37- VILA CELESTE	R. PROF. CELESTINO COSTA	15 E 18	PENHA DE FRANÇA
38- VILA DO CASTELO	ESCADAS COSTA DO CASTELO	7	S. CRISTOVAO
39- PATIO DO RECOLHIMENTO	ESCADAS DA ACHADA	1-8	S. CRISTOVAO
40- VILA LUZ	R. PASCOAL DE NELO	111	S. JORGE DE ARROIOS
41- VILA PAULO	TRAVESSA REBELO DA SILVA	11-A	S. JORGE DE ARROIOS
42- VILA MENDONÇA	R. CIDADE DA HORTA	46	S. JORGE DE ARROIOS
43- VILA ALMEIDA	R. ENGENHEIRO VIEIRA DA SILVA		S. JORGE DE ARROIOS
44- VILA PIEDADE	R. HERÓIS DE OUTONSA	9	S. JORGE DE ARROIOS
45- PTO MARQUES DO CASTELO MELHOR-CML	ESC. COSTA DO CASTELO	6	SOCORRO
46- VILA LUZ PEREIRA	TRAVESSA DO JORDÃO	16	SOCORRO
47- PATIO DO SALEM	ESCADINHAS DA BARROCA	1	STª JUSTA
48- PATIO DA BICA(RIO DESTERRO)	CALÇADA DO DESTERRO	11-D	STª JUSTA

49- PATIO DO COLEGIO	R. DE MARVILA	34	MARVILA
50- PATIO DO MARIALVA	R. DE MARVILA	131	MARVILA
51- PATIO BEIRÃO	R. DO AÇUCAR	16	MARVILA
52- VILA DA SALGADA (Q.)-CML	AZINHAGA DA SALGADA	22	MARVILA
53- PATIO 109	AZINHAGA DA SALGADA	109	MARVILA
54- PATIO DA MATINHA	R. DO VALE FORMOSO BAIXO	128	MARVILA
55- PATIO DO POMBEIRO	AZINHAGA DO POMBEIRO	38	MARVILA
56- PATIO DO PILÃO	AZINHAGA DO POMBEIRO	35	MARVILA
57- VILA GOUVEIA	ESTRADA DE MOSCAVIDE	46	STª MARIA DOS OLIVAIS
58- VILA DO ALTO MEARIM	R. DO SALITRE	82	SAGRADO CORAÇÃO JESUS
59- PATIO DA ENCARNAÇÃO	LARGO DO CHIADO	15	ENCARNAÇÃO
60- PATIO DO PICADEIRO	R. D. PEDRO V	56	S. JOSÉ
61- VILA MARTEL	R. DAS TAIPAS	55	S. JOSÉ
62- PATIO DO MONTEIRO	T. DA LÉGUA DA PÓVOA	1 A 17	S. NAMEDE
63- PATIO BAGATELA	T. DA LÉGUA DA PÓVOA	11-C	S. NAMEDE
64- PATIO DO PIMENTA	TRAVESSA DO ATAIDE	13	S. PAULO
65- V. PINHEIRO OU PTº DO BROS	CALÇADA DA BICA GRANDE	2	S. PAULO
66- PATIO DA GALEGA	R. DA BOAVISTA	118	S. PAULO
67- PATIO ALMADA CARVALHAIS	LARGO DO CONDE BARRO	50 A 57	S. PAULO
68- PATIO DO TIJOLO	R. D. PEDRO V	101	STª CATARINA
69- PATIO DA BATALHA	CALÇADA DO COMBRO	38-A	STª CATARINA
70- PATIO DO LENCASSTRE	TRAVESSA DE STª CATARINA	1	STª CATARINA
71- VILA ANA /VILA VENTURA	ESTRADA DE BENFICA	674	BENFICA
72- PATIO 9	R. DA FONTE	9	CARNIDE
73- PATIO 130	ESTRADA DAS LARANJEIRAS	130	N. SENHORA DE FATIMA
74- PATIO BRASILEIRO	ESTRADA DAS LARANJEIRAS	138	N. SENHORA DE FATIMA
75- VILA SANTOS	CAMPO PEQUENO	74	N. SENHORA DE FATIMA
76- VILA GRANDELA (OU BAIRRO)	ESTRADA DE BENFICA	417/419	S. DOMINGOS DE BENFICA
77- PATIO DO MINISTRO - CML	LARGO DO MINISTRO	3	AMEIXOEIRA
78- PATIO DA GUIOMAR	CAMPO DAS AMOREIRAS	35	CHARNECA
79- PATIO 9	ESCADAS DE S. BARTOLOMEU	9	CHARNECA
80- PATIO DO CONVENTO	ESTRADA DE TELHEIRAS	113-B	LUMIAR
81- VILA ADELINA	R. DO LUMIAR	7	LUMIAR
82- PATIO DO BONFIM	CALÇADA DA AJUDA	234	AJUDA
83- PATIO 2ª PINCEL	CALÇADA DA AJUDA	246	AJUDA
84- PATIO DAS CARVALHAS	CALÇADA DA AJUDA	252	AJUDA
85- PATIO DA RITA MURTEIRA	CALÇADA DA AJUDA	262	AJUDA
86- PATIO DAS DAMAS	R. DE D. VASCO	73	AJUDA
87- VILA VITAL TEIXEIRA	R. FILINTO ELISIO	17	ALCANTARA
88- PATIO FIUZA	TRAVESSA DO FIUZA	39	ALCANTARA
89- VILA DE SANTO ANTONIO	R. DA JUNQUEIRA	30	ALCANTARA
90- PATIO DO CABRINHA	R. FABRICA DA POLVORA	143	ALCANTARA
91- PATIO DAS FLAMENGAS	R. 1ª MAIO	22	ALCANTARA
92- VILA TEIXEIRA	CALÇADA DA TAPADA	144	ALCANTARA
93- PATIO DO SANTOS	TRAVESSA DO COMBRO	11	LAPA
94- PATIO DOS QUINTALINHOS	CALÇADA DO LIVRAMENTO	15 E 17	PRAZERES
95- VILA DOROTEIA	R. DAS TRINAS	61	SANTOS - O - VELHO
96- PTº CONVENTO DAS BERNARDAS	R. DA ESPERANÇA	146	SANTOS - O - VELHO
97- PTº CONVENTO DOS MARIANOS	R. DAS JANELAS VERDES	32	SANTOS - O - VELHO
98- PTº MAGALHES COUTINHO-CML	LARGO DOS JERONIMOS	3	STª MARIA DE BELEM

99- PATIO 200	R. DA JUNGUEIRA	200	STA MARIA DE BELÉM
100-PATIO DO PRUDENCIO	R. DA JUNGUEIRA	220	STA MARIA DE BELÉM
101-VILA GARCIA	R. DE PEDROUÇOS	97/99	STA MARIA DE BELÉM
102 VILA RAHOS	R. D. MARIA PIA	120	SANTO CONDESTAVEL
103-PATIO DOS ARTISTAS	R. COELHO DA ROCHA	68	SANTO CONDESTAVEL

Fonte: CML/DMRU/DRUPV'S; Pátios e Vilas com interesse a preservar e reabilitar, Lisboa, 1992;

ANEXO V

Elementos base para a elaboração de um itinerário ou roteiro cultural segundo Pérez (2009)

<p><i>Critérios de criação</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - valores culturais; - memória histórica; - história; - o património cultural e natural; - pluralidade de identidades de um território; 	<p><i>Valores</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de intercâmbios e contactos não estereotipados entre locais e visitantes; - Respeitar o meio ambiente; - Seguir os princípios do desenvolvimento sustentável.
<p><i>Tipos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ligação de pontos de interesse turístico-patrimonial - Caminho histórico – sublinha os pontos de interesse, mas também o interesse da própria via e vivência do percurso. É feito em torno de uma temática. 	<p><i>Objectivos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pensar o itinerário para turistas ou excursionistas, mas também para residentes; - Componente didáctica para os estudantes locais, - Autoconhecimento dos habitantes
<p><i>Fases de um itinerário</i></p>	
<p><i>Metodologia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudo do contexto sociocultural - conhecimento do grupo humano e dos pontos de interesse; - Estudo dos visitantes, potenciais e reais, número, expectativas, motivações e perfil sociocultural, rituais e itinerários no local de destino. 	<p><i>Prática:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição do roteiro de acordo com um tema. Pergunta-chave: o que se quer transmitir? Auto-imagem da comunidade deve ser tida em conta; - Comunicação e interpretação baseada em variados suportes: Exemplo: folheto, cartaz ou página web, pensando na área de influência e nos pontos de difusão, mas também nos idiomas e o “ficheiro de contactos”. - Reforço da ligação dos habitantes ao itinerário e avaliação da experiência pelos seus intervenientes.

Fonte: Pérez, Xerardo Pereiro; Turismo Cultural - uma visão antropológica; Colección Pasos Edita, nº 2, 2009.

ANEXO VI

Mapa do itinerário turístico-cultural na Graça



ANEXO VII

Convento da Graça



ANEXO VIII

Miradouro Sophia de Mello Breyner Andresen



ANEXO IX

Jardim Augusto Gil

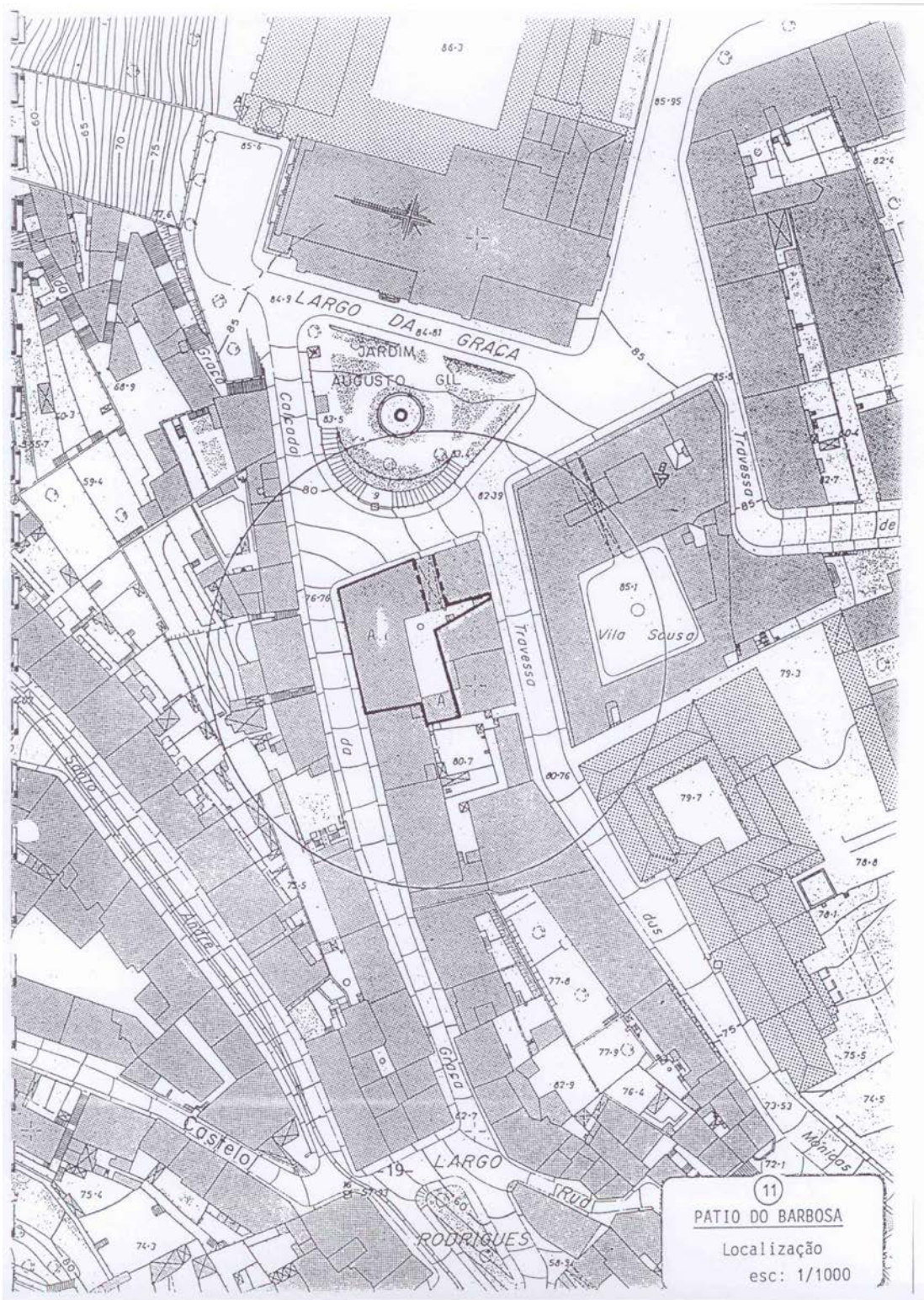


ANEXO X

Pátio do Barbosa



Planta de localização com Delimitação do núcleo do Pátio Barbosa



Fonte: CML/DMRU-DMRUPV'S (1992)

ANEXO XI

Vila Sousa



9

VILA SOUSA

Localização

esc: 1/1000

74

ANEXO XII

Edifício Sede A Voz do Operário

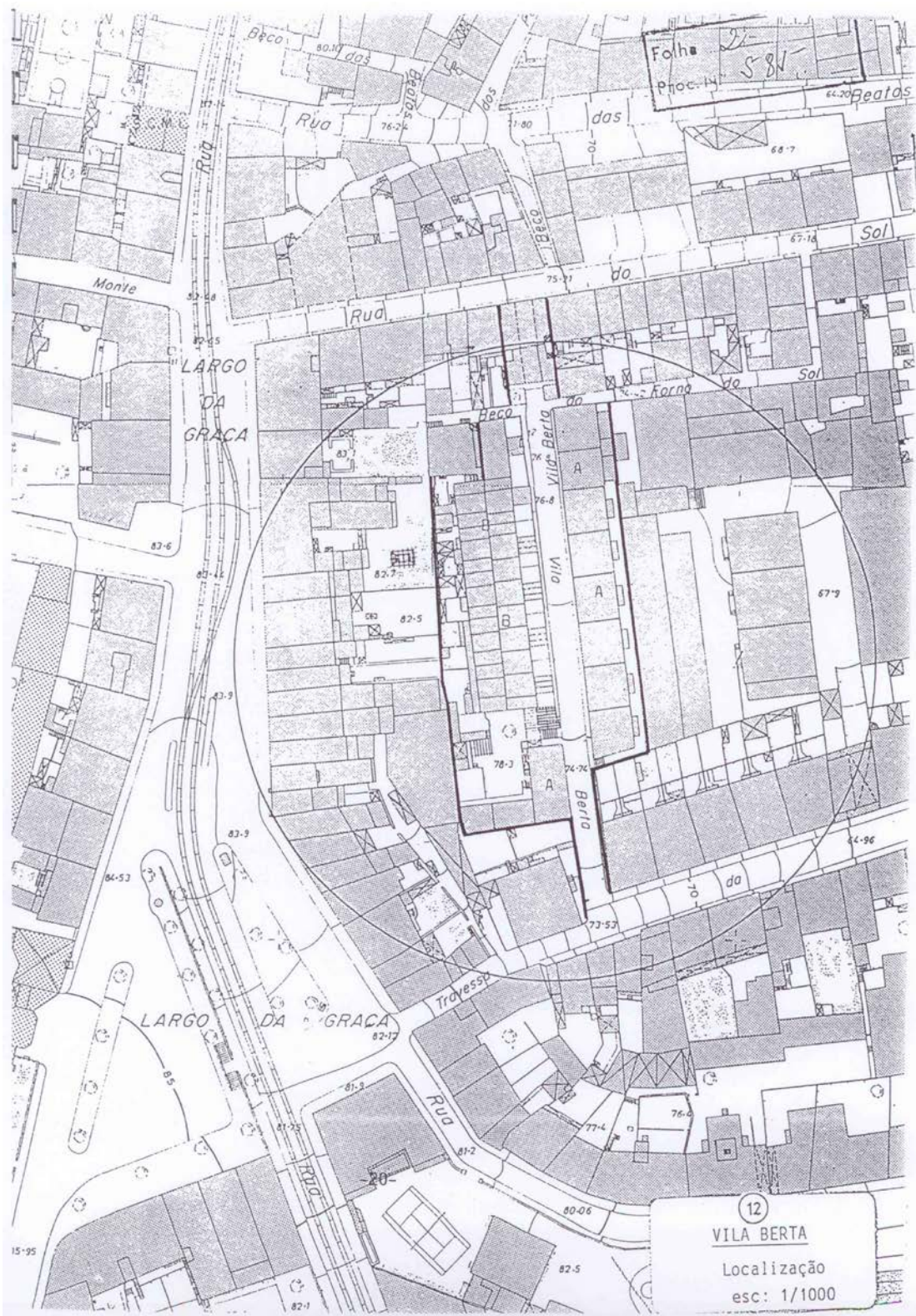


ANEXO XIII

Vila Berta



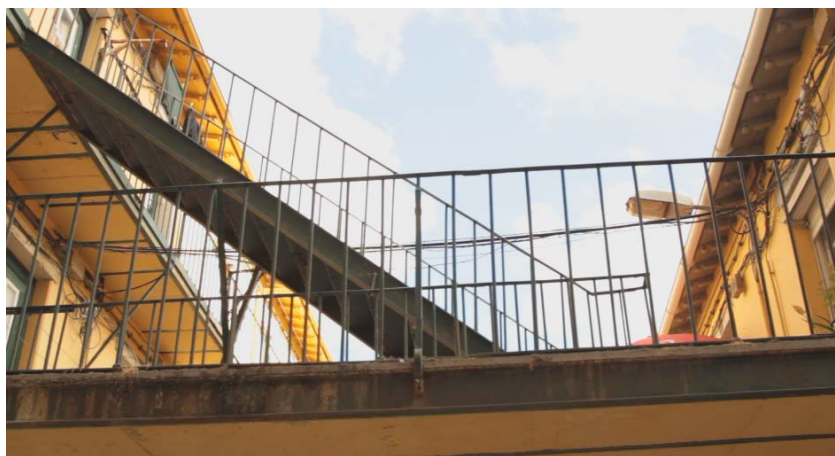
Planta de localização com Delimitação do núcleo da Vila Berta



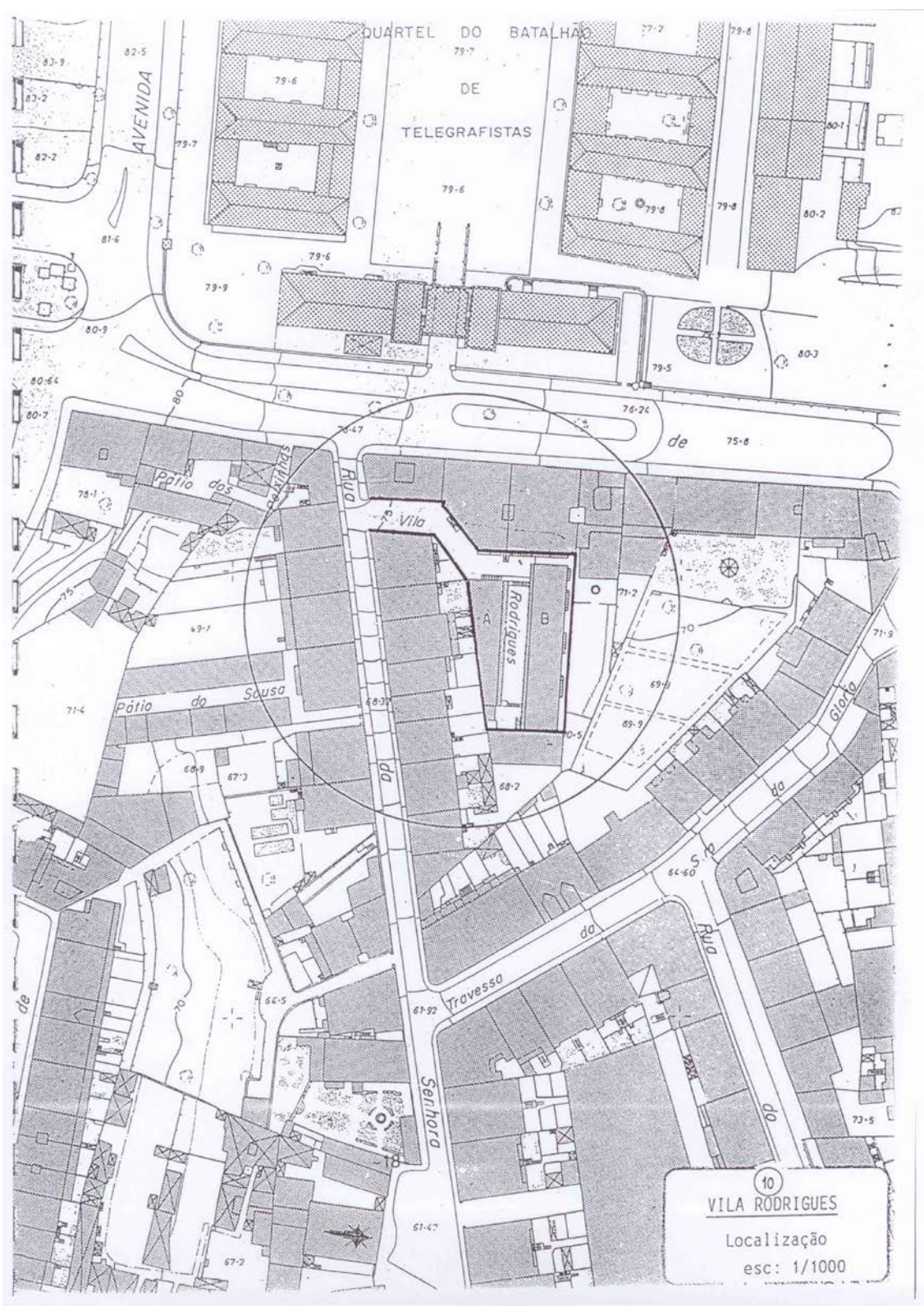
Fonte: CML/DMRU-DMRUPV'S (1992)

ANEXO XIV

Vila Rodrigues



Planta de localização com Delimitação do núcleo da Vila Rodrigues



Fonte: CML/DMRU-DMRUPV'S (1992)

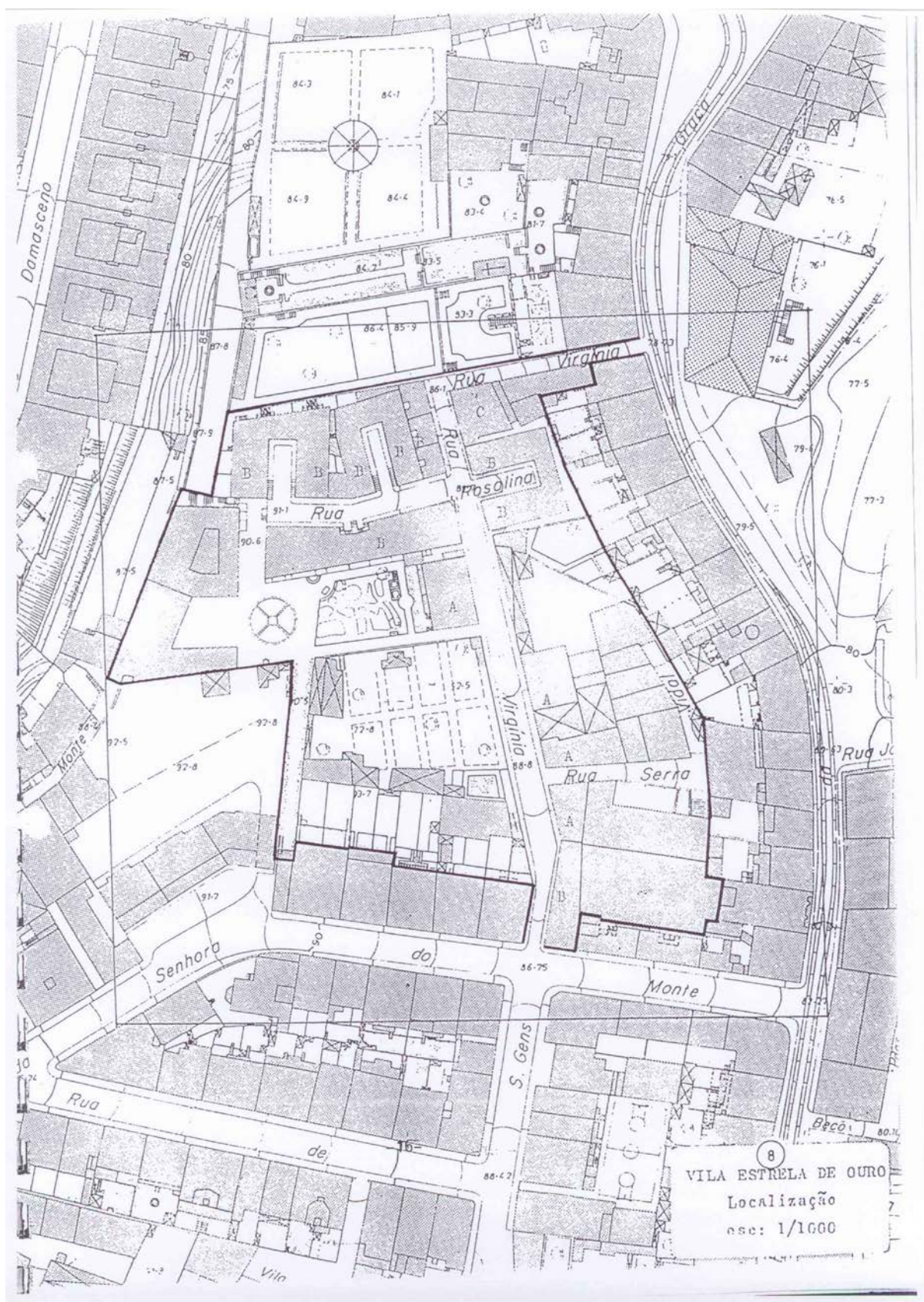
ANEXO XV

Bairro Estrela d'Ouro





Planta de localização com delimitação do núcleo do Bairro Estrela d'Ouro



Fonte: CML/DMRU-DMRUPV'S (1992)

ANEXO XVI

Miradouro Senhora do Monte



ANEXO XVII

Capela de Nossa Senhora do Monte

